

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 133

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE SETEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 092ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
25 DE SETEMBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Luiz Carlos Zuk.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moisés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 042/2001

Senhor Presidente:

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que objetiva a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, para dar atendimento à construção de uma Unidade Prisional em estrutura metálica, montada no interior do Complexo Penitenciário de Piraquara, estruturada com os demais dispositivos elétricos e hidráulicos, sendo a ala da carceragem com 31 celas, com área total de 446,40 m2, para abrigar 248 detentos.

Esclareço também que os recursos para cobertura do referido crédito, são decorrentes de cancelamento de dotação alocada em Despesas de Capital, do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 13.030, de 28 de dezembro de 2000, no valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Em decorrência do contido no artigo 1º, fica alterado o Programa de Obras, conforme Anexo V desta lei.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

SUPLEMEN- TAÇÃO DE DESPESA	ANEXO I						FL. 01 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
3900	Secretaria de Estado da Segurança Pública						
3913	Coordenação do Sistema Penitenciário do Estado - Copen						
2254	Administração Geral do Sistema Penitenciário	4411.51	00	01	L	1.000.000	1053
						TOTAL	1.000.000

CANCELAMENTO DE DESPESA	ANEXO II						FL. 01 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	GR. FONTE	LDR	VALOR	N. DO PROC. COP.
3900	Secretaria de Estado da Segurança Pública						
3901	Gabinete do Secretário						
1028	Investimentos para a Segurança Pública	4490.52	07	09	L	1.000.000	1053
						TOTAL	1.000.000

ACRÉSCIMO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO III				FL. 02 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO
1113.02.12	Imposto S/Oper. Relat. a Circ. Merc. e S/Prest. de Serv. de Transp. Interest. e Comunic. - Parcela Estadual	00	01	1.000.000	1053
			TOTAL	1.000.000	

REDUÇÃO RECEITA CENTRALIZADA	ANEXO IV				FL. 02 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	VALOR	PROCESSO.
2462.01.00	Transferência de Convênios com Órgãos Federais	07	09	1.000.000	1053
			TOTAL	1.000.000	

SUPLEMEN- TAÇÃO DE OBRAS	ANEXO V					FL. 03 R\$1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	GR. FONTE	ALO	VALOR	PROCESSO.
3900	Secretaria de Estado da Segurança Pública					
3913	Coordenação do Sistema Penitenciário do Estado - Copen					
2254	Administração Geral do Sistema Peniten- ciário					
950	Estado					
0004	Realizar Projetos e Obras para o Complexo Penitenciário Estadual	00	01	L	1.000.000	1053
					TOTAL	1.000.000

MENSAGEM Nº 043/2001

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por esta augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva assegurar à viúva de ex-governador do Estado do Paraná, o direito de continuar percebendo, no mesmo valor e a título de pensão mensal, o benefício de que cuida o artigo 85, parágrafo 5º, da Carta Estadual.

O plano de lei em referência reveste-se, indiscutivelmente, de inteira justiça e de pleno direito das beneficiárias, não só considerando-se o fato de que todos e cada um dos ex-governadores, ilustres homens públicos que, com total dedicação, competência e muito labor em seus governos, escreveram as mais importantes páginas da história do Paraná, mas, também, porque, a exemplo de outras beneficiárias que percebem valores (pensões) calculados com base na remuneração integral dos servidores públicos cujos falecimentos ensejaram tais benefícios, na forma da vigente legislação de ordem geral.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O valor das pensões de que tratam o artigo 2º da Lei nº 7.568/82 e suas posteriores alterações, concedidas a viúvas de ex-governadores, será igual ao benefício constante do artigo 85, parágrafo 5º, da Constituição Estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3106

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 107, incisos I e II, do Regimento Interno, respeitosamente REQUEREM a transformação da Sessão Plenária do dia 26 de setembro de 2001, às 14h30min, em Comissão Geral, para emissão de parecer, discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2001, de autoria de diversos senhores parlamentares.

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(aa) ALGACI TULIO, ORLANDO PESSUTI, NEREU MOURA, LUIZ CARLOS ZUK, MARCOS ISFER, ELI GHELLERE, RENATO GAÚCHO, ÂNGELO VANHONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, HERMES FONSECA, WALDYR PUGLIESI, PASTOR EDSON PRACZYK, CEZAR SILVESTRI, SERAFINA CARRILHO, LUCIANA RAFAGNIN, ADEMIR BIER, TONY GARCIA, SÉRGIO SPADA, RICARDO MAIA, RICARDO CHAB, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, EDSON STRAPASSON, CAÍTO QUINTANA e ANTONIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO Nº 3105

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inversão da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(a) TONY GARCIA

REQUERIMENTO Nº 3077

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 34 e 35 do Regimento Interno, REQUER seja disponibilizado o Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 26 do corrente mês pelos presidentes das entidades a seguir nominadas, que representam, neste Estado do Paraná, num universo de 1038 alunos nas regiões de Cascavel, Londrina, Curitiba e Região Metropolitana de Toledo:

Empresa	Presidente
Urapam	Egon Werle Kerber
Arppa	Maria Aparecida Ribeiro
Ferapamelon	Antonio Zerbeto
Arant	Lino Carneiro de Queiroz

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3073

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Sr. Ângelo Tarnoschi, falecido no dia 17 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3074

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Sr. Hermes Nogueira, falecido no dia 13 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3075

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Sr. Nerino Vieira Pinto, falecido no dia 24 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 3076

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Sr. Valdemar Rosa da Silva, falecido no dia 21 de setembro, no município de Cianorte.

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(a) EDNO GUIMARÃES

Projetos de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 479/2001**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal - Paraná, o lote de terreno urbano, parte integrante da data nº 5, do quarteirão nº 43, desta cidade, com área de 437,00 metros quadrados, devidamente matriculado, sob nº 1.377 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão do Pinhal.

Parágrafo Único - O referido imóvel destina-se à instalação da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal - Paraná. A referida Associação não poderá dar outra destinação, sob pena de esta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos, ficando ainda, gravada a doação com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa a doação do imóvel especificado para a Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal - PR (ACIRP), inscrita no CNPJ sob nº 78.597.788/0001-52, sediada na Rua Paraná, nº 978, centro, fundada em 16.05.89. A referida Associação presta serviços filantrópicos à comunidade ribeirãopinhalense, através de implementação das diversas atividades comerciais e industriais já existentes, visando a ampliação dos serviços de acordo com os interesses da classe comercial de Ribeirão do Pinhal.

A Associação Comercial e Industrial de Ribeirão do Pinhal, vem desenvolvendo um trabalho junto aos comerciantes e à população, conseguindo com êxito a redução do índice de inadimplência na cidade, através da assistência jurídica proporcionada aos associados. Também procura incentivar e promover a realização de cursos de aperfeiçoamento e capacitação, não só aos pequenos empresários como também a seus funcionários. A Associação tem ainda como objetivo, ajudar os comerciantes que não estejam atuando de acordo com a legislação vigente.

A doação do imóvel irá contribuir para um melhor desenvolvimento das atividades comerciais e industriais.

Desta forma, esperamos o devido apoio, e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 480/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Posto de Assistência Chico Xavier, com sede e foro no município de Londrina - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O Posto de Assistência Chico Xavier, fundado em 20 de março de 1999, constitui uma sociedade civil, filantrópica, sem fins lucrativos, político, partidário ou credo religioso.

A referida entidade vem desenvolvendo ações no atendimento a crianças e adolescentes, residentes na comunidade Jardim dos Campos e adjacências, nas áreas de nutrição, educação, saúde, cultura e ética moral.

Em função destas ações de relevante teor social, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 481/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Batalhão de Polícia Militar no município de Wenceslau Braz.

Art. 2º - O Batalhão de Polícia Militar de que trata o art. 1º compreenderá os municípios de: Wenceslau Braz, Siqueira Campos, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Quatiguá, Salto do Itararé e Tomazina.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O município de Wenceslau Braz possui uma localização geográfica peculiar. Localizada em região vizinha ao Estado de São Paulo, o município está em entroncamento rodoviário, o que gera uma situação de elevado risco, pois o trânsito de cargas e veículos comuns é muito elevado.

A região é constantemente alvo de ocorrências policiais de grande vulto pois diversas quadrilhas pos-

suidoras de armamento pesado já foram presas no local. Por ser corredor entre São Paulo e Santa Catarina, os riscos são muito altos e a violência é crescente.

Com relação aos Batalhões de Polícia Militar está entre o 1º BPM de Ponta Grossa (170km) e o 2º BPM de Jacarezinho (110Km). Nestes intervalos, há seis cidades que, incluindo Wenceslau Braz, possuem um total de 70.133 habitantes atendidos atualmente por 82 policiais militares, Siqueira Campos, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Quatiguá, Salto do Itararé e Tomazina.

Considerando essa uma demanda suficiente para a criação de um Batalhão de Polícia Militar que atenderá os municípios circunvizinhos, a Câmara Municipal de Wenceslau Braz, através de seus vereadores, vem pleiteando a criação do Batalhão que virá em muito contribuir para a melhoria do Município e da região, pois a existência de mais segurança seguramente atrairá mais desenvolvimento.

PROJETO DE LEI Nº 482/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado ao Governo do Estado a transformar conforme a anuência Federal a cidade de Foz do Iguaçu, em Zona Franca.

Art. 2º - Todos os preceitos de legislação e autorização alfandegária serão regulamentados com os mesmos parâmetros da Zona Franca de Manaus.

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Foz do Iguaçu, tem sofrido nos últimos anos várias retaliações no aspecto comercial com os países vizinhos: Paraguai, Argentina e Uruguai, ao mesmo tempo irradiando a centenas de outros municípios brasileiros um diferencial na questão de incentivos fiscais e saída de divisas.

Além da perda de muitos investidores, que poderiam abrir suas empresas dentro do Estado do Paraná, vários bilhões de reais/ano gastos em compras com sacoleiros, aonde perdem o Governo do Estado do Paraná, Governo Federal e principalmente o município de Foz do Iguaçu, que pela sua estrutura turística se tornaria com a transformação em Zona Franca, em um enorme centro comercial para o Mercosul, evitando o contrabando desenfreado que ocorre entre as cidades vizinhas, sem que estas tragam qualquer benefício para o Brasil.

Observando que a grande maioria dos produtos trazidos principalmente do Paraguai não são de origem desse país, mais sim de países orientais, principalmente Japão e China.

PROJETO DE LEI Nº 483/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - A Junta Comercial do Estado do Paraná, observada a Instrução Normativa nº 72, de 28 de dezembro de 1998, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, adotará todas as providências necessárias para o início, no Paraná, do recadastramento das firmas mercantis individuais e sociedades mercantis nela registradas.

Parágrafo Único - Também deverão ser recadastradas as filiais, no Paraná, de firmas mercantis individuais e sociedades mercantis, com sede em outra Unidade da Federação e, bem, assim, as sociedades mercantis que pleitearam no Estado, a proteção de seu nome empresarial.

Art. 2º - O serviço de recadastramento poderá ser objeto de Convênio/Contrato com entidade de classe ou empresa privada especializada, desde que sem ônus para o Governo do Estado e da Junta Comercial do Estado do Paraná.

Art. 3º - Feito o recadastramento, a Junta Comercial do Estado do Paraná, adotará imediatas providências para atender ao disposto no artigo 60, da Lei Federal nº 8.934/94.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.09.2001.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O projeto em pauta tem a finalidade da atualização dos dados e todas as empresas mercantis e industriais no Estado do Paraná, buscando não só a identificação de funcionamento, mas acabando com injustiças que nos últimos vinte anos deixaram de atuar no mercado e continuam recebendo autuações e multas.

Também ocorrendo fraudes contra o próprio governo de empresas fantasmas que vislumbram apenas a liberação de entrada e saída de produtos para acréscimos de retenção de impostos contando com um sistema aonde várias destas se encontram em endereços fictícios celebrando um prejuízo enorme ao Governo e aos paranaenses que trabalham e investem com seriedade no desenvolvimento do Estado do Paraná.

Também localizando o potencial atualizado de fantásticos empresários que não procuraram a divulgação de novos produtos fabricados e desenvolvidos tecnologicamente em nosso Estado. Abrindo não só uma carteira de pesquisa aos outros Estados, mas facilitando a abertura de mercado para exportação com quantidade e produtividade aqui no Paraná.

A globalização exige a modernização e atualização acelerando toda a sistemática de integração com todos os órgãos e entidades públicas e privadas nas áreas federais, estaduais e municipais.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Concedo a palavra à senhora deputada Luciana Rafagnin.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Eu estou vendo a galeria ocupada por professores, preocupados com o Projeto de Lei nº 411/00. Eu pergunto à Presidência - se o projeto está na Ordem do Dia da Sessão subsequente, da Sessão Extraordinária? O Projeto 411/00 não será votado hoje?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para esclarecer o deputado Chab e também, professores, pais e mestres que estão aqui na Assembléia Legislativa, hoje nós vamos votar em pedido de regime de urgência para a votação de um projeto de decreto que susta, que anula o decreto emanado pelo governador do Paraná que, no nosso entendimento e esperamos que seja o entendimento da Assembléia, fere alguns direitos tanto dos professores, quanto de pais, quanto da comunidade escolar.

A votação do requerimento que pede o regime de urgência será feita hoje em relação ao projeto. Mais ainda, é para esclarecer, que os professores e pais estão para acompanhar a Sessão de hoje, na semana passada o deputado Algaci Tulio e outros requereram a data de hoje, no Grande Expediente, para que os pais de todo o Paraná, onde os problemas aconteceram em relação ao teste seletivo, em relação a esse decreto, pudessem trazer, de viva voz, para o Poder Legislativo, os problemas encontrados em função de normativa que o governador expediu, a pedido da secretária Alcyone Saliba.

Com esses esclarecimentos, o deputado Chab entendeu do que se trata a Sessão de hoje. Além disso, quero dizer ao deputado Chab e aos - nossos convidados, que, se nós aprovarmos o regime de urgência hoje, o Presidente da Casa poderá colocar o projeto em votação ainda hoje, numa Sessão Extraordinária, porque dependerá única e exclusivamente da Comissão Executiva o parecer, porque se trata de um ato de anulação, como manda a Constituição, de um decreto do governador.

Eram esses os esclarecimentos. Obrigada.

O SR. RICARDO CHAB (**Pela Ordem**)

Eu quero deixar clara a minha posição, porque pela manhã fui procurado por vários professores e pais de alunos e eu checando...

(**Manifestação das galerias**)

... eu gostaria que as galerias me respeitassem, porque senão fica difícil. Não sabem como eu vou votar. Como é que podem vaiar antes do voto? Nunca vi isso na minha vida! É a primeira vez!

Fui procurado pela manhã, logo cedo...

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O Poder Legislativo sempre recebe bem todas as pessoas. É um prazer receber todas, para que façam as suas reivindicações, porque afinal de contas, o Poder Legislativo abriu as suas portas há muitos anos e todos são bem-vindos, mas mantenham-se em silêncio para que a Presidência não precise tomar outras medidas.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem)

Senhor presidente, a título de esclarecimento ao Plenário. Haverá uma Sessão Extraordinária, e já coloquei, até para que a galeria possa entender, e de repente, eu não vejo o decreto da secretária sendo colocado em votação, e aí está a minha dúvida!

Pela manhã, senhor presidente, fui procurado por pais, por professores que pediam meu voto favorável aos professores e às APMS. Essa era a colocação.

Agora, chego aqui, não encontro nada e vejo as galerias cheias. Perguntei o que é que está acontecendo? Com a explicação do deputado Vanhoni, agora eu passo a entender.

Quero dizer nós vamos ter aqui, a votação de um regime de urgência. Apenas isso, e não o projeto.

Então, vamos deixar bem claro, sob pena de ninguém aqui estar enganando ninguém. Porque eu me senti... Até a informação que recebi pela manhã era a informação que o projeto entraria.

Agora, se for para votar hoje, eu voto hoje também, não tem problema, até porque tenho a minha convicção pronta a respeito do assunto. Então, presidente, essa era a dúvida, para esclarecer o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Queremos esclarecer ao deputado Ricardo Chab e aos senhores deputados, que o Plenário aprovou, no dia 20, um requerimento solicitando que o Grande Expediente, que é composto de 30 minutos, seja concedido à APP do nosso Estado. É isso que está acontecendo no dia de hoje.

Quero informar aos nossos visitantes que quando o deputado Ricardo Chab solicitou a esta Presidência, se o decreto que revoga o decreto da Secretaria da Educação, ele não se encontra na Ordem do Dia nem da Sessão Ordinária e nem da Sessão Extraordinária. Para que a votação seja realizada na Sessão Ordinária, se faz necessário que a Ordem do Dia seja anunciada com antecedência. E isso aconteceu na Sessão de ontem. E a Sessão Extraordinária que vai acontecer logo após a Sessão Ordinária, será uma Sessão Especial, onde iremos apreciar apenas as emendas à Constituição do nosso Estado.

Por isso, não se pode votar hoje esse decreto. Agora, a Presidência tomou conhecimento neste instante, através do deputado Vanhoni, que estaria aqui, na Mesa, requerimento já pedindo regime de urgência.

Esse requerimento, se apresentado for, será apreciado pelo Plenário hoje. Não o Projeto.

Primeira oradora inscrita no Pequeno Expediente, deputada Luciana Rafagnin.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para esclarecer definitivamente ao Plenário. Na verdade, o requerimento pedindo regime de urgência vai ser anexado logo mais à Mesa, tão logo nós apanhemos as assinaturas para que possamos fazer a íntegra oficialmente no protocolo em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra, a deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, quando a gente discute um tema tão importante quanto a educação no nosso País, realmente a gente fica até emocionada de saber e ver que as pessoas, profissionais da educação tenham que vir para cá se manifestar e pedir que se faça democracia no nosso Estado!

Por isso é importante que a gente vote o regime de urgência do projeto que revoga então o decreto do atual governador, que estabelece as eleições, de certa forma, vamos dizer, indireta, nas escolas.

(Lê):

“Os trabalhadores em educação do Paraná há muito tempo estão sofrendo com a desvalorização de sua atividade profissional, que é motivada, em grande parte, pelo achatamento salarial posto em prática pelo governo Jaime Lerner.

A última reposição salarial ocorreu em agosto de 1995. Daquela data até hoje, o poder de compra do salário foi reduzido pela metade.

Muitos trabalhadores da educação estão quase pagando para desempenharem suas atividades.

O governo argumenta que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede a reposição salarial, porém cálculos do DIEESE mostram que o Estado poderia repor as perdas do período sem infringir a referida lei. Na realidade a Lei de Responsabilidade Fiscal, está sendo usada pelo governo como “bode expiatório”, para sua política de descaso com o servidor público do Paraná.

Sabemos perfeitamente que melhores salários significam também melhoria da qualidade do ensino público, uma vez que teríamos trabalhadores mais motivados e com melhores condições de aperfeiçoamento em sua atividade profissional.

Além dessa que é uma das questões prioritárias da educação, é preciso exigir do Governo do Estado o cumprimento dos demais itens que constam da pauta de reivindicações apresentada pela APP-Sindicato, tais como:

a realização de um concurso público de provas e títulos para professores e funcionários de escola; a revogação do atual porte das escolas. A eleição direta para diretores de escola; a apreciação do Plano de Cargos, Carreira e Salários dentre outros pontos.

A implementação dessas reivindicações, de modo democrático e participativo, significaria um grande avanço para a educação deste Estado. O que se observa hoje é que o governo do Paraná está retrocedendo historicamente, ao forçar a retirada de direitos já conquistados pelos trabalhadores em educação e também ao implementar um processo de escolha de diretores de escolas de maneira autoritária”.

Nós precisamos, sim, valorizar os profissionais em Educação. Democracia não se faz por decreto e sim com a participação de todos. Nós temos, aqui na Assembléia, um projeto do deputado Irineu Colombo, que foi bastante discutido, mas infelizmente, nós ainda não votamos esse projeto. Esse projeto, sim, estabelece o processo de eleições diretas nas escolas.

Por isso é importante que a gente valorize esse projeto, por isso é importante que seja revogado o decreto do governador, porque escola pública e de qualidade se faz com destinação de verbas necessárias. Para um bom andamento, o processo ensino aprendizagem se faz com salário que realmente valorize os trabalhadores em Educação. Por isso se faz também, uma escolha direta dos cargos eletivos, nas escolas.

Senhores deputados, é importante que atendamos o pedido da classe, é importante que a gente valorize o povo do Paraná, principalmente os nossos profissionais em Educação, porque devemos muito a eles, se hoje estamos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, caros visitantes que participam da Sessão de hoje.

Eu acho que vai ficar melhor a hora que tivermos aqui a representação da APP, falando sobre essa questão que tem servido de pauta, nos últimos dias, em todo Paraná. Nós, já por várias vezes discutimos esse tema aqui na Assembléia Legislativa.

Eu quero, se me permitem, eu sei que o deputado Algaci vai fazer uso da palavra também, mas em nome do Bloco Independente, deputado Algaci, Pastor Edson, deputado Renato Gaúcho, deputado Toni Garcia, deputado Cezar Silvestri, deputado Marcos Isfer, de reiterar aqui a nossa posição, já expressa em outros momento, quando discutimos a questão da Educação, no Paraná.

Na verdade este decreto legislativo, encabeçado por 26 senhores deputados, pretende restabelecer o direito, líquido e certo, que tem a comunidade da Educa-

ção, no Paraná, de escolher os seus dirigentes, no bojo fundamental da sua proposta pedagógica, o direcionamento necessário para o desenvolvimento da proposta da Educação, no Estado do Paraná.

E ninguém mais, senhor presidente, do que os nossos professores, do que os nossos alunos, do que os pais, para realmente decidirem sobre a direção de cada escola.

É incrível, mas o decreto baixado pelo governador, conseguiu, obviamente, que a comunidade da Educação no Paraná fosse mais uma vez relegada a um segundo plano.

Quero chamar a atenção aqui dos participantes desta Sessão, embora hoje aqui vá se discutir apenas e tão somente o regime de urgência, mas o fundamental é que nós tenhamos, da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, a garantia que, tão logo sejam seguidos os trâmites normais do projeto de decreto legislativo, já protocolado nesta Casa, que o mesmo seja colocado em votação, porque o regime de urgência é apenas e tão somente um dos itens que o Regimento Interno permite para que o projeto seja apressado no seu trâmite, mas não garante que tenhamos na pauta, posteriormente, esse projeto para votação.

Eu acho que, aliado à aprovação do regime de urgência, nós temos que ter a garantia de que esse projeto de decreto legislativo vá para votação, para que aí os parlamentares possam se posicionar. Quero reiterar, aqui, nossa posição. Nós já enviamos correspondência à APP. Nós já colocamos aos professores, enfim, à comunidade da Educação do Paraná que nos procura, a nossa posição, mas quero reiterar nossos oito votos do Bloco Independente, que serão rigorosamente favoráveis ao decreto legislativo, e portanto, a favor da reivindicação dos professores e da comunidade de estudantes do Paraná.

(Aplausos)

Acho, senhor presidente, para encerrar, que a garantia que podemos dar aos professores, em nome da Assembléia Legislativa, que a Mesa Executiva poderia as pronunciar neste sentido, e que, muito mais do que a aprovação do regime de urgência, nós pudéssemos ter a garantia de que este projeto vá para votação, porque nós temos aqui o projeto do deputado Colombo, que até hoje não foi! Nós tivemos aqui, e cito o exemplo do Plano de Cargos, Carreiras e Salários de quando os professores aqui estavam, que ficou para o próximo mês! E já passou mais de um ano e nunca tivemos este plano votado aqui na Assembléia!

(Aplausos)

Portanto, não seria para nós, enquanto Poder Legislativo, que recebemos aqui os professores, que recebemos aqui as esposas de policiais militares, que também ficou para um tal de dia vinte e já passaram, no mínimo, cinco dias vinte e não tivemos o encaminhamento daquilo que pretendia a Polícia Militar do Paraná. Da mesma forma, apenas o regime de urgência não garante o que querem os professores!

Então, acho que nós, tanto da Situação quanto da Oposição, como da Bancada Independente, deveríamos

ter uma proposta e um compromisso só com a comunidade da Educação do Paraná. Ou seja, colocar o nosso projeto de decreto legislativo para ser votado, tão logo, deputado Caíto Quintana, siga ele os trâmites normais do regime de urgência que haveremos de aprovar hoje.

Este é o nosso compromisso, e estaremos votando junto com os professores do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Eu ouvia o pronunciamento do deputado Augustinho Zucchi e estava a lembrar, ali da minha cadeira, um determinado momento da história administrativa deste Estado e política desta Assembléia, quando o magistério do Estado do Paraná, numa demonstração de unidade, se fez presente na Capital do Estado e aqui nesta Casa, pleiteando a votação do Projeto de Cargos e Salários.

Houve um debate muito acalorado nesta Casa, senhores deputados, professores, alunos e funcionários da Educação aqui presentes, e naquela Sessão, na boa vontade da classe manifestante de professores e funcionários que aqui estavam, eu recorde, deputado Algaci Tulio, que o então presidente, de saudosa memória, deputado Anibal Khury, encerrou aquela Sessão num pacto conciliatório, cantando aqui neste Plenário a música “que saudade da professorinha”.

Tem dado saudade da professorinha e nós estamos com saudade das melhorias de ensino, da melhoria de salário, do entusiasmo dos professores e a coisa não andou. Um ano e pouco depois, novamente os professores aqui vieram e eu recorde, senhor presidente e senhores parlamentares, uma vez mais, a discussão do projeto de lei de plano de cargos e salários. Ocupei a tribuna naquele dia, pedindo que a Assembléia Legislativa votasse o regime de urgência para um projeto que tenho nesta Casa há mais de 3 anos, de um artigo só, dizendo: “revoga-se o Paranaeducação” e naquele dia, a Assembléia aprovou o regime de urgência para votação do projeto de lei que revogava o Paranaeducação, que, até salvo em contrário, para mim é o primeiro passo da privatização do ensino, transformando inconstitucionalmente o professor num celetista sem direito àquilo que a própria Constituição determina, que é avanço dentro da própria carreira e entrada nela por concurso.

(Aplausos)

Pois bem, votou-se o regime de urgência e o projeto, até agora, não votou! Agora, deputado Algaci, estamos aí novamente com a galeria tomada, professores, funcionários, alunos, pedindo a votação do regime de urgência para a revogação do decreto que institui uma invenção de eleição direta nas escolas do Paraná e se eu

ocupo esta tribuna em respeito até a diretores, professores que conheço, dos quais fui colega no passado como suplementarista e permaneceram muitos deles com sacrifício na profissão, e que agora, contrariando o princípio que se dá ao servidor público, de que você entra no serviço público por um concurso, deputado Renato Gaúcho e que as promoções que se tenha dentro do serviço público elas são promoções, não se faz um novo concurso para promoção. O professor precisa de entrar no Estado através de um concurso; quando ele entra como professor, não precisa fazer um concurso público; um teste para saber se ele pode ser candidato a diretor de uma escola, isto é uma afronta à capacidade dos nossos professores!

(Aplausos)

Não é possível! Aqui nesta Assembléia Legislativa ninguém fez teste para saber se pode ser deputado quando vota lei! A pessoa mais preparada, menos preparada, se submete ao mundo que a cerca, às pessoas que a cercam, colocam o seu nome à disposição e alguns menos letrados chegam aqui nesta Casa para representar o povo do Paraná sem a necessidade de um teste antes, para saber das suas condições!

Ora o professor já fez esse teste, muito mais do que ele, fez um concurso público, para entrar no Magistério,

(Aplausos)

nós vamos humilhar o professor, ao aplicar-lhe um teste e mais do que isto, senhores deputados, professores aqui presentes, após fazer um teste, vai haver uma eleição nas escolas que têm mais de 3 professores que passaram e os representantes do núcleo o voto dele sozinho, vale 20% do valor da prova.

Que coerência existe nisto? Um professor para poder ser diretor da escola contra a vontade do núcleo, da Secretaria da Educação e do Governo, vai ter que fazer todos os votos dos alunos, dos pais e da comunidade; caso contrário, será derrotado pelos representantes do núcleo que têm voto mais valorizado! Isso é um absurdo!

Vamos votar esse regime de urgência! Senhores deputados, ajudem-nos a respeitar a educação do Paraná! Vamos revogar esse decreto, porque isso é uma vergonha!

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Junto com o professor Romeu, com a diretoria da APP-Sindicato, a bem da verdade, para que todos os professores e funcionários do setor de educação do Paraná saibam, desde o início do ano estamos nesta Casa lutando para revogar, aliás, para aprovar o Projeto de Lei nº 332 de autoria do deputado Irineu Colombo, que institui o processo de escolha de diretores de escolas públicas estaduais mediante eleição direta e secreta pela comunidade escolar no Estado do Paraná.

O professor Romeu tem afundado os corredores desta Casa, lutando na defesa da escola pública do Paraná. Que a Assembléia Legislativa possa atender os sentimentos, respeitando, a democracia. Que as conquistas da educação do Paraná não sejam jogadas na lata de lixo, como quer o governador Jaime Lerner! A eleição para diretores é uma conquista da educação do Paraná que foi fruto de luta representada durante anos e anos no magistério, uma luta que foi defendida com tenacidade, mas o governador Jaime Lerner, não contente com o achatamento salarial, com a destruição da escola pública do Paraná, com a destruição do ensino médio do Paraná, não contente com todo o seu desastroso governo, quer também acabar com a eleição direta de diretores nas escolas do nosso Estado! Mandou que a senhora Alcyone Saliba, secretária da Educação, fizesse um decreto, um decreto perverso, o 4313, estabelecendo as normas para a direção das escolas do Paraná!

Ora, senhores deputados, diretores que conheço no interior do Paraná, diretores que por longos anos contribuíram com a escola do nosso Estado. Foram humilhantemente reprovados nesse projeto fajuto, colocado pelo Governo Jaime Lerner.

(Aplausos)

Na cidade de Maringá, dos 38 diretores de escolas, mais de 30 foram reprovados pelo concurso marcado, pelo concurso dirigido, pelo concurso político instituído pelo governador Jaime Lerner! Humilhando a inteligência, a sabedoria, o trabalho, a dedicação dos professores e das professoras, que com tanto trabalho levam a escola pública no nosso Estado do Paraná!

Por isso, senhor presidente, temos que não só anular o decreto do governador Jaime Lerner, porque ele é antidemocrático, como disse o deputado Caíto Quintana; ele é infeliz, não representa o sentimento do povo do nosso Estado. E nós não temos só que rejeitá-lo; temos que aprovar esta lei aqui, porque ela é duradoura; ela é democrática; ela vai permitir que os nossos professores, que a comunidade escolar, possam eleger os seus representantes democrática e soberanamente, livre e desimpedidamente, e não com a corda no pescoço, como quer o governo Jaime Lerner, elegendo cupincha político, elegendo os seus apadrinhados políticos!

Senhores professores que aqui estão, nesta tarde: o governo Jaime Lerner diz que não tem dinheiro para conceder a reposição salarial, que não é aumento, que não é nenhuma deferência; é reposição salarial; é perda do poder aquisitivo do dinheiro dos funcionários públicos. Mas, dinheiro, tem sim! O Governo gasta montões de dinheiro com propaganda para enganar o povo do nosso Estado, gasta montões de dinheiro para viajar para o exterior, à custa do dinheiro público. O governo é irresponsável, porque não aplica corretamente o dinheiro do povo do Paraná! Dinheiro tem sim, só que é mal aplicado, mal administrado!

Quero finalizar aqui, senhor presidente, me somando ao deputado Algaci Tulio, que tem feito um

grande trabalho aqui nesta Assembléia Legislativa. Temos, deputado Algaci Tulio, que pedir ao presidente, Hermas Brandão, ao deputado Valdir Rossoni, ao deputado Antonio Anibelli, que fazem parte da Mesa Executiva da Assembléia, para que aprovemos o regime de urgência desse projeto e possamos aprovar nesta Casa, o decreto legislativo que revoga o Decreto nº 4313, porque ele é um decreto que fere de morte os interesses da educação do nosso Estado do Paraná.

Por isso, quero pedir à Mesa Executiva, que se empenhe para nos ajudar a atender os interesses dos profissionais na área da educação.

E nós, deputados, possamos dar um presente para os professores e professoras, que, ao longo dos últimos anos, têm sofrido tanto com humilhações, com a falta de respeito por parte do Governo Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pequeno Expediente, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Lembro-me que professores, partindo de Ponta Grossa, chegaram a esta Assembléia Legislativa a pé, andaram mais de 100 quilômetros, e aqui encontraram receptividade de todos os deputados para os pleitos que estavam colocando à apreciação da Casa. Até a música “Professorinha”, foi cantada aqui!

Eu falei: “Olha, cuidado com as bocas enganosas”, como diria o poeta. E não deu outra!

Nada aconteceu, nem plano de cargos e salários, nem reposição salarial, nada aconteceu!

Lembro-me que houve uma promessa do Governo, de enviar a esta Casa até o dia 30 de maio, um projeto de lei, para regulamentar as eleições dentro das escolas.

O que mandaram, foi um pedaço facista, que eu imaginava enterrado na história do Brasil! Vem para cá o “facistóide 4313”! E é assim que nós caminhamos.

Os últimos dados dizem que nós temos um milhão de analfabetos aqui no Paraná.

Não bastasse os 50%, os 50 milhões de brasileiros abaixo da miséria, e nós estamos aqui a nos perguntar, e eu quero perguntar aos deputados que apóiam o Governo: senhores deputados, por favor, será que os pais que estão aqui, estão na Assembléia para propor alguma coisa de ruim ou de errado para nós, do Paraná? Ou eles estão aqui para defender o próprio Estado, a democracia, a liberdade?”

O que é que estão fazendo os pais ao lado dos professores, aqui?

Nós queremos democracia!

Eu fiz uma longa caminhada dentro da política, e conheço bem a figura de cabo eleitoral.

Agora, querer transformar os professores, os diretores de escola, em cabos eleitorais, que têm que se subjugam para prestar fidelidade ao Governo! Isso é demais!

É inaceitável para a educação do Paraná, senhores deputados!

É inaceitável que nós, deputados, não tenhamos sensibilidade para ouvir aquilo que vem de todos os cantos do Paraná.

Todos os pais, o que eles querem?

Educação séria, boa, altaneira, livre de influências de quaisquer partidos, livre do “tácão governamental”. É isso que nós queremos.

Nós queremos não só a aprovação do regime de urgência! Nós queremos que o Decreto nº 4313, seja revogado!

É isso que nós queremos!

E as oposições mais uma vez, marcam de maneira muito precisa. Qual vai ser a nossa posição em relação ao nosso voto, ao nosso comportamento? Não tenham dúvidas nenhuma!

Agora, queremos também dizer, porque nós sentimos, e a nossa prática política de vida sempre foi nesse sentido? País que não respeita a educação, não se respeita.

País que não coloca a educação em um verdadeiro altar, não tem futuro!

E nós estamos falando aqui do amanhã, senhor presidente.

Então o apelo que fazemos a toda a Casa, que tenhamos ouvidos para ouvir aquilo que o Paraná está trazendo, através de todos que aqui se fazem presentes.

Revoguem os prontamente na primeira hora, quando o Regimento puder permitir esse decreto.

E quero fazer, senhor presidente, até uma proposta, supra-partidária, com a presença de todos, dos pais, dos professores e de todos os Partidos. Por que não estabelecermos uma comissão que seja uma ponte para se chegar a um Governo que não quer ouvir as reivindicações dos professores que estão caminhando para a greve? Se o Paraná quiser, através das suas lideranças, impedir esta greve, mas atender às legítimas reivindicações dos professores, dos pais, de todos aqueles que vivem em função, dando o melhor de si, para a educação. Se quisermos fazer isso, se tivermos a boa vontade, nós conseguiremos, sim, senhor presidente.

É um apelo, é uma proposta que deixo aqui. Rejeitemos o projeto, o Decreto fascista nº 4313 e vamos caminhar, junto com os professores, para estabelecermos um caminho que possa, no interesse de todos, a deflagração de mais uma greve, senão, não há saída, e me coloco inteiramente à disposição dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

(Manifestação nas galerias)

“Os trabalhadores em educação do Paraná há muito tempo estão sofrendo com a desvalorização de sua atividade profissional, que é motivada, em grande parte,

pelo achatamento salarial posto em prática pelo governo Jaime Lerner.

A última reposição salarial ocorreu em agosto de 1995. Daquela data até hoje, o poder de compra do salário foi reduzido pela metade.

Muitos trabalhadores da educação estão quase pagando para desempenharem suas atividades.

O governo argumenta que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede a reposição salarial, porém cálculos do DIEESE mostram que o Estado poderia repor as perdas do período sem infringir a referida lei. Na realidade a Lei de Responsabilidade Fiscal, está sendo usada pelo governo como “bode expiatório”, para sua política de descaso com o servidor público do Paraná.

Sabemos perfeitamente que melhores salários significam também melhoria da qualidade do ensino público, uma vez que teríamos trabalhadores mais motivados e com melhores condições de aperfeiçoamento em sua atividade profissional.

Além dessa que é uma das questões prioritárias da educação, é preciso exigir do Governo do Estado o cumprimento dos demais itens que constam da pauta de reivindicações apresentada pela APP-Sindicato, tais como: a realização de um concurso público de provas e títulos para professores e funcionários de escola; a revogação do atual porte das escolas. A eleição direta para diretores de escola; a apreciação do Plano de Cargos, Carreira e Salários dentre outros pontos.

A implementação dessas reivindicações, de modo democrático e participativo, significaria um grande avanço para a educação deste Estado. O que se observa hoje é que o governo do Paraná está retrocedendo historicamente, ao forçar a retirada de direitos já conquistados pelos trabalhadores em educação e também ao implementar um processo de escolha de diretores de escolas de maneira autoritária”.

Nós precisamos, sim, valorizar os profissionais em Educação. Democracia não se faz por decreto e sim com a participação de todos. Nós temos, aqui na Assembléia, um projeto do deputado Irineu Colombo, que foi bastante discutido, mas infelizmente, nós ainda não votamos esse projeto. Esse projeto, sim, estabelece o processo de eleições diretas nas escolas.

Por isso é importante que a gente valorize esse projeto, por isso é importante que seja revogado o decreto do governador, porque escola pública e de qualidade se faz com destinação de verbas necessárias. Para um bom andamento, o processo ensino aprendizagem se faz com salário que realmente valorize os trabalhadores em Educação. Por isso se faz também, uma escolha direta dos cargos eletivos, nas escolas.

Senhores deputados, é importante que atendamos o pedido da classe, é importante que a gente valorize o povo do Paraná, principalmente os nossos profissionais em Educação, porque devemos muito a eles, se hoje estamos aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, caros visitantes que participam da Sessão de hoje.

Eu acho que vai ficar melhor a hora que tivermos aqui a representação da APP, falando sobre essa questão que tem servido de pauta, nos últimos dias, em todo Paraná. Nós, já por várias vezes discutimos esse tema aqui na Assembléia Legislativa.

Eu quero, se me permitem, eu sei que o deputado Algaci vai fazer uso da palavra também, mas em nome do Bloco Independente, deputado Algaci, Pastor Edson, deputado Renato Gaúcho, deputado Toni Garcia, deputado Cezar Silvestri, deputado Marcos Isfer, de reiterar aqui a nossa posição, já expressa em outros momento, quando discutimos a questão da Educação, no Paraná.

Na verdade este decreto legislativo, encabeçado por 26 senhores deputados, pretende restabelecer o direito, líquido e certo, que tem a comunidade da Educação, no Paraná, de escolher os seus dirigentes, no bojo fundamental da sua proposta pedagógica, o direcionamento necessário para o desenvolvimento da proposta da Educação, no Estado do Paraná.

E ninguém mais, senhor presidente, do que os nossos professores, do que os nossos alunos, do que os pais, para realmente decidirem sobre a direção de cada escola.

É incrível, mas o decreto baixado pelo governador, conseguiu, obviamente, que a comunidade da Educação no Paraná fosse mais uma vez relegada a um segundo plano.

Quero chamar a atenção aqui dos participantes desta Sessão, embora hoje aqui vá se discutir apenas e tão somente o regime de urgência, mas o fundamental é que nós tenhamos, da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, a garantia que, tão logo sejam seguidos os trâmites normais do projeto de decreto legislativo, já protocolado nesta Casa, que o mesmo seja colocado em votação, porque o regime de urgência é apenas e tão somente um dos itens que o Regimento Interno permite para que o projeto seja apressado no seu trâmite, mas não garante que tenhamos na pauta, posteriormente, esse projeto para votação.

Eu acho que, aliado à aprovação do regime de urgência, nós temos que ter a garantia de que esse projeto de decreto legislativo vá para votação, para que aí os parlamentares possam se posicionar. Quero reiterar, aqui, nossa posição. Nós já enviamos correspondência à APP. Nós já colocamos aos professores, enfim, à comunidade da Educação do Paraná que nos procura, a nossa posição, mas quero reiterar nossos oito votos do Bloco Independente, que serão rigorosamente favoráveis ao decreto legislativo, e portanto, a favor da reivindicação dos professores e da comunidade de estudantes do Paraná.

(Aplausos)

Acho, senhor presidente, para encerrar, que a garantia que podemos dar aos professores, em nome da Assembléia Legislativa, que a Mesa Executiva poderia as pronunciar neste sentido, e que, muito mais do que a aprovação do regime de urgência, nós pudéssemos ter a garantia de que este projeto vá para votação, porque nós temos aqui o projeto do deputado Colombo, que até hoje não foi! Nós tivemos aqui, e cito o exemplo do Plano de Cargos, Carreiras e Salários de quando os professores aqui estavam, que ficou para o próximo mês! E já passou mais de um ano e nunca tivemos este plano votado aqui na Assembléia!

(Aplausos)

Portanto, não seria para nós, enquanto Poder Legislativo, que recebemos aqui os professores, que recebemos aqui as esposas de policiais militares, que também ficou para um tal de dia vinte e já passaram, no mínimo, cinco dias vinte e não tivemos o encaminhamento daquilo que pretendia a Polícia Militar do Paraná. Da mesma forma, apenas o regime de urgência não garante o que querem os professores!

Então, acho que nós, tanto da Situação quanto da Oposição, como da Bancada Independente, deveríamos ter uma proposta e um compromisso só com a comunidade da Educação do Paraná. Ou seja, colocar o nosso projeto de decreto legislativo para ser votado, tão logo, deputado Caíto Quintana, siga ele os trâmites normais do regime de urgência que haveremos de aprovar hoje.

Este é o nosso compromisso, e estaremos votando junto com os professores do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Eu ouvia o pronunciamento do deputado Augustinho Zucchi e estava a rememorar, ali da minha cadeira, um determinado momento da história administrativa deste Estado e política desta Assembléia, quando o magistério do Estado do Paraná, numa demonstração de unidade, se fez presente na Capital do Estado e aqui nesta Casa, pleiteando a votação do Projeto de Cargos e Salários.

Houve um debate muito acalorado nesta Casa, senhores deputados, professores, alunos e funcionários da Educação aqui presentes, e naquela Sessão, na boa vontade da classe manifestante de professores e funcionários que aqui estavam, eu recorde, deputado Algaci Tulio, que o então presidente, de saudosa memória, deputado Anibal Khury, encerrou aquela Sessão num pacto conciliatório, cantando aqui neste Plenário a música “que saudade da professorinha”.

Tem dado saudade da professorinha e nós estamos com saudade das melhorias de ensino, da melhoria de

salário, do entusiasmo dos professores e a coisa não andou. Um ano e pouco depois, novamente os professores aqui vieram e eu recordei, senhor presidente e senhores parlamentares, uma vez mais, a discussão do projeto de lei de plano de cargos e salários. Ocupei a tribuna naquele dia, pedindo que a Assembléia Legislativa votasse o regime de urgência para um projeto que tenho nesta Casa há mais de 3 anos, de um artigo só, dizendo: “revoga-se o Paranaeducação” e naquele dia, a Assembléia aprovou o regime de urgência para votação do projeto de lei que revogava o Paranaeducação, que, até salvo em contrário, para mim é o primeiro passo da privatização do ensino, transformando inconstitucionalmente o professor num celetista sem direito àquilo que a própria Constituição determina, que é avanço dentro da própria carreira e entrada nela por concurso.

(Aplausos)

Pois bem, votou-se o regime de urgência e o projeto, até agora, não votou! Agora, deputado Algaci, estamos aí novamente com a galeria tomada, professores, funcionários, alunos, pedindo a votação do regime de urgência para a revogação do decreto que institui uma invenção de eleição direta nas escolas do Paraná e se eu ocupo esta tribuna em respeito até a diretores, professores que conheço, dos quais fui colega no passado como suplementarista e permaneceram muitos deles com sacrifício na profissão, e que agora, contrariando o princípio que se dá ao servidor público, de que você entra no serviço público por um concurso, deputado Renato Gaúcho e que as promoções que se tenha dentro do serviço público elas são promoções, não se faz um novo concurso para promoção. O professor precisa de entrar no Estado através de um concurso; quando ele entra como professor, não precisa fazer um concurso público; um teste para saber se ele pode ser candidato a diretor de uma escola, isto é uma afronta à capacidade dos nossos professores!

(Aplausos)

Não é possível! Aqui nesta Assembléia Legislativa ninguém fez teste para saber se pode ser deputado quando vota lei! A pessoa mais preparada, menos preparada, se submete ao mundo que a cerca, às pessoas que a cercam, colocam o seu nome à disposição e alguns menos letrados chegam aqui nesta Casa para representar o povo do Paraná sem a necessidade de um teste antes, para saber das suas condições!

Ora o professor já fez esse teste, muito mais do que ele, fez um concurso público, para entrar no Magistério,

(Aplausos)

nós vamos humilhar o professor, ao aplicar-lhe um teste e mais do que isto, senhores deputados, professores aqui presentes, após fazer um teste, vai haver uma eleição nas escolas que têm mais de 3 professores que passaram e os representantes do núcleo o voto dele sozinho, vale 20% do valor da prova.

Que coerência existe nisto? Um professor para poder ser diretor da escola contra a vontade do núcleo, da Secretaria da Educação e do Governo, vai ter que fazer

todos os votos dos alunos, dos pais e da comunidade; caso contrário, será derrotado pelos representantes do núcleo que têm voto mais valorizado! Isso é um absurdo!

Vamos votar esse regime de urgência! Senhores deputados, ajudem-nos a respeitar a educação do Paraná! Vamos revogar esse decreto, porque isso é uma vergonha!

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados.

Junto com o professor Romeu, com a diretoria da APP-Sindicato, a bem da verdade, para que todos os professores e funcionários do setor de educação do Paraná saibam, desde o início do ano estamos nesta Casa lutando para revogar, aliás, para aprovar o Projeto de Lei nº 332 de autoria do deputado Irineu Colombo, que institui o processo de escolha de diretores de escolas públicas estaduais mediante eleição direta e secreta pela comunidade escolar no Estado do Paraná.

O professor Romeu tem afundado os corredores desta Casa, lutando na defesa da escola pública do Paraná. Que a Assembléia Legislativa possa atender os sentimentos, respeitando, a democracia. Que as conquistas da educação do Paraná não sejam jogadas na lata de lixo, como quer o governador Jaime Lerner! A eleição para diretores é uma conquista da educação do Paraná que foi fruto de luta representada durante anos e anos no magistério, uma luta que foi defendida com tenacidade, mas o governador Jaime Lerner, não contente com o achatamento salarial, com a destruição da escola pública do Paraná, com a destruição do ensino médio do Paraná, não contente com todo o seu desastroso governo, quer também acabar com a eleição direta de diretores nas escolas do nosso Estado! Mandou que a senhora Alcyone Saliba, secretária da Educação, fizesse um decreto, um decreto perverso, o 4313, estabelecendo as normas para a direção das escolas do Paraná!

Ora, senhores deputados, diretores que conheço no interior do Paraná, diretores que por longos anos contribuíram com a escola do nosso Estado. Foram humilhantemente reprovados nesse projeto fajuto, colocado pelo Governo Jaime Lerner.

(Aplausos)

Na cidade de Maringá, dos 38 diretores de escolas, mais de 30 foram reprovados pelo concurso marcado, pelo concurso dirigido, pelo concurso político instituído pelo governador Jaime Lerner! Humilhando a inteligência, a sabedoria, o trabalho, a dedicação dos professores e das professoras, que com tanto trabalho levam a escola pública no nosso Estado do Paraná!

Por isso, senhor presidente, temos que não só anular o decreto do governador Jaime Lerner, porque ele é antidemocrático, como disse o deputado Caíto Quintana;

ele é infeliz, não representa o sentimento do povo do nosso Estado. E nós não temos só que rejeitá-lo; temos que aprovar esta lei aqui, porque ela é duradoura; ela é democrática; ela vai permitir que os nossos professores, que a comunidade escolar, possam eleger os seus representantes democrática e soberanamente, livre e desimpedidamente, e não com a corda no pescoço, como quer o governo Jaime Lerner, elegendo cupincha político, elegendo os seus apadrinhados políticos!

Senhores professores que aqui estão, nesta tarde: o governo Jaime Lerner diz que não tem dinheiro para conceder a reposição salarial, que não é aumento, que não é nenhuma deferência; é reposição salarial; é perda do poder aquisitivo do dinheiro dos funcionários públicos. Mas, dinheiro, tem sim! O Governo gasta montões de dinheiro com propaganda para enganar o povo do nosso Estado, gasta montões de dinheiro para viajar para o exterior, à custa do dinheiro público. O governo é irresponsável, porque não aplica corretamente o dinheiro do povo do Paraná! Dinheiro tem sim, só que é mal aplicado, mal administrado!

Quero finalizar aqui, senhor presidente, me somando ao deputado Algaci Tulio, que tem feito um grande trabalho aqui nesta Assembléia Legislativa. Temos, deputado Algaci Tulio, que pedir ao presidente, Hermas Brandão, ao deputado Valdir Rossoni, ao deputado Antonio Anibelli, que fazem parte da Mesa Executiva da Assembléia, para que aprovemos o regime de urgência desse projeto e possamos aprovar nesta Casa, o decreto legislativo que revoga o Decreto nº 4313, porque ele é um decreto que fere de morte os interesses da educação do nosso Estado do Paraná.

Por isso, quero pedir à Mesa Executiva, que se empenhe para nos ajudar a atender os interesses dos profissionais na área da educação.

E nós, deputados, possamos dar um presente para os professores e professoras, que, ao longo dos últimos anos, têm sofrido tanto com humilhações, com a falta de respeito por parte do Governo Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Pequeno Expediente, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Lembro-me que professores, partindo de Ponta Grossa, chegaram a esta Assembléia Legislativa a pé, andaram mais de 100 quilômetros, e aqui encontraram receptividade de todos os deputados para os pleitos que estavam colocando à apreciação da Casa. Até a música “Professorzinha”, foi cantada aqui!

Eu falei: “Olha, cuidado com as bocas enganosas”, como diria o poeta. E não deu outra!

Nada aconteceu, nem plano de cargos e salários, nem reposição salarial, nada aconteceu!

Lembro-me que houve uma promessa do Governo, de enviar a esta Casa até o dia 30 de maio, um projeto de lei, para regulamentar as eleições dentro das escolas.

O que mandaram, foi um pedaço facista, que eu imaginava enterrado na história do Brasil! Vem para cá o “facistóide 4313”! E é assim que nós caminhamos.

Os últimos dados dizem que nós temos um milhão de analfabetos aqui no Paraná.

Não bastasse os 50%, os 50 milhões de brasileiros abaixo da miséria, e nós estamos aqui a nos perguntar, e eu quero perguntar aos deputados que apóiam o Governo: senhores deputados, por favor, será que os pais que estão aqui, estão na Assembléia para propor alguma coisa de ruim ou de errado para nós, do Paraná? Ou eles estão aqui para defender o próprio Estado, a democracia, a liberdade?”

O que é que estão fazendo os pais ao lado dos professores, aqui?

Nós queremos democracia!

Eu fiz uma longa caminhada dentro da política, e conheço bem a figura de cabo eleitoral.

Agora, querer transformar os professores, os diretores de escola, em cabos eleitorais, que têm que se subjugam para prestar fidelidade ao Governo! Isso é demais!

É inaceitável para a educação do Paraná, senhores deputados!

É inaceitável que nós, deputados, não tenhamos sensibilidade para ouvir aquilo que vem de todos os cantos do Paraná.

Todos os pais, o que eles querem?

Educação séria, boa, altaneira, livre de influências de quaisquer partidos, livre do “tacão governamental”. É isso que nós queremos.

Nós queremos não só a aprovação do regime de urgência! Nós queremos que o Decreto nº 4313, seja revogado!

É isso que nós queremos!

E as oposições mais uma vez, marcam de maneira muito precisa. Qual vai ser a nossa posição em relação ao nosso voto, ao nosso comportamento? Não tenham dúvidas nenhuma!

Agora, queremos também dizer, porque nós sentimos, e a nossa prática política de vida sempre foi nesse sentido? País que não respeita a educação, não se respeita.

País que não coloca a educação em um verdadeiro altar, não tem futuro!

E nós estamos falando aqui do amanhã, senhor presidente.

Então o apelo que fazemos a toda a Casa, que tenhamos ouvidos para ouvir aquilo que o Paraná está trazendo, através de todos que aqui se fazem presentes.

Revoguem os prontamente na primeira hora, quando o Regimento puder permitir esse decreto.

E quero fazer, senhor presidente, até uma proposta, supra-partidária, com a presença de todos, dos pais, dos professores e de todos os Partidos. Por que não estabelecermos uma comissão que seja uma ponte para se chegar a um Governo que não quer ouvir as reivindicações dos professores que estão caminhando para a greve? Se o

Paraná quiser, através das suas lideranças, impedir esta greve, mas atender às legítimas reivindicações dos professores, dos pais, de todos aqueles que vivem em função, dando o melhor de si, para a educação. Se quisermos fazer isso, se tivermos a boa vontade, nós conseguiremos, sim, senhor presidente.

É um apelo, é uma proposta que deixo aqui. Rejeitamos o projeto, o Decreto fascista nº 4313 e vamos caminhar, junto com os professores, para estabelecermos um caminho que possa, no interesse de todos, a deflagração de mais uma greve, senão, não há saída, e me coloco inteiramente à disposição dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Ainda no Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Alborghetti.

(Manifestação nas galerias)

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Nem comecei a falar...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Esta Presidência solicita mais uma vez encarecidamente aos nossos visitantes, que são bem-vindos, mas a Presidência não pode permitir que se manifestem.

Por gentileza!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente e senhores deputados.

Não sou capacho. Voto de acordo com a minha consciência, não devo a ninguém e quero dizer o seguinte: acho que o professor é o pai dos nossos filhos, a professora é a mãe dos nossos filhos.

Respeito a Bancada do Governo, sou governista, mas neste projeto, voto com os professores do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Grande Expediente, conforme requerimento aprovado...

(Manifestação nas galerias)

Solicitamos encarecidamente aos nossos visitantes, mais uma vez. Por gentileza!

Conforme requerimento aprovado no último dia 20, o Grande Expediente foi cedido para a APP-Sindicato e representantes dos diretores de escolas do Estado do Paraná.

Temos quatro oradores inscritos e temos trinta minutos para o Grande Expediente; vamos dividi-lo igualmente: serão sete minutos e meio para cada orador.

Temos inscritos o Sr. Walmir, a Sra. Encarnação, a professora Maria Helena e o professor Romeu.

Primeiro orador, o Sr. Walmir, representando os pais da Capital do Estado, por sete minutos e meio.

O SR. WALMIR

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa deste Estado do Paraná, deputado Hermas Brandão; deputados estaduais, senhoras deputadas.

Tenho a honra de ocupar esta tribuna desta egrégia Assembléia, para expressar um sentimento que quero destacar, aqui. É um sentimento e uma expressão que envolve, hoje, muitos pais de alunos, cujos filhos estão matriculados nas escolas estaduais e que querem o melhor para eles.

O meu discurso, ao entrar nessa discussão, foi única e exclusivamente como pai de aluno. E eu gostaria que os deputados, a Presidência, procurassem entender que a maior mobilização contra esse decreto não é de sindicalista, não é da APP. Eu quero dizer também que é uma luta que tem que ser de todos esses deputados, porque eu entendo que este decreto está ferindo o direito democrático da comunidade, e mais, fere a Constituição, que é a Carta Magna.

Eu não sou filiado a nenhum partido político, não sou professor; entrei nessa discussão porque eu tenho uma filha matriculada na Escola Jaime Canet. E quando nós entendemos que estávamos sendo chamados naquela escola para falar sobre a questão de direção, quando percebemos o perigo que aquela direção estava correndo, nós a orientamos: não faça essa inscrição. Ela disse: "eu preciso fazer..."

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Então, acho que se esse decreto passar, nós temos que fazer um decreto para aprovar os deputados. Quem for aprovado, sai candidato; quem não for, vai para casa!

O SR. WALMIR

Nessa luta, senhor presidente, para a queda desse decreto - quero dizer que fui muito bem recebido pelo secretário da Casa Civil, onde procuramos, ali, levar uma manifestação e um desejo dos pais, que saia hoje. E quero dizer, e chamar a todos aqui, Oposição, Situação, se é que nós podemos aqui, diante dessa situação, desse projeto que fere a democracia e dos direitos constitucionais, ter que brigar por isso, e alguns deputados dizerem: "eu não posso concordar porque sou Situação!" Por favor, não vamos fazer isso! Não vamos fazer desse decreto nenhum tipo de briga de bandeira! Vamos fazer disso uma briga social!

Quero dizer que nós precisamos fazer com que esse decreto seja sustado. E todos ganharão com isso. Quero dizer que quem mais vai ganhar com isso, sabe quem é, senhor presidente? É o senhor governador, porque quero crer que esse decreto, hoje, mancha a sua...

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O senhor tem mais dois minutos e meio.

O SR. WALMIR

Quero aproveitar esses dois minutos e meio para agradecer e dizer também que nós nos organizamos tentando visitar alguns gabinetes e conversar com alguns deputados, e nós não escolhemos partidos. Mas, quero agradecer aos deputados que prontamente atenderam o nosso chamado; agradecer aos deputados que estenderam a sua mão e que hoje trazem essa moção a este Plenário.

E quero dizer também a todos os deputados que estão aqui, que o maior número de pessoas presentes aqui é de pais, não é de professores ou de diretores, porque os pais estão sentindo-se feridos. Quero colocar aqui, se eu quero alguma promoção, porque fiquei preocupado com uma manchete que saiu, que diz a secretária: “quem está se opondo a este projeto é oportunista”.

Quero dizer o seguinte: sou pastor evangélico, tenho a minha comunidade, tenho a minha projeção, sabem o que é? Conquistar vidas para Jesus! Eu não tenho anseio político, mas na minha comunidade, eu vou brigar e zelar pela comunidade escolar daquela região.

Eu queria passar às mãos, depois, oficialmente, um testemunho, eu sei que são só dois minutos; ali falaram que eu tinha dez, mas tudo bem. Chegou às minhas mãos, não a conheço, ela é diretora do Colégio Estadual Mahattma Ghandi, de Guarapuava. Essa mulher foi para os Estados Unidos passar quinze dias lá. Sabem por quê? Porque em todo o Estado não foi encontrado melhor administração do que esta e ela ganhou isto como prêmio.

Sabem o que o Estado lhe dá agora, como recompensa? A reprova num teste de seleção, que nós não concordamos com ela.

(Aplausos)

A diretora do Jaime Canet, eu quero fazer menção, está desde 73 na escola, ela amassou barro na organização e na construção daquela escola. E hoje ela também é impedida por este decreto e querem nos fazer aceitá-lo goela abaixo!

Senhor presidente, muito obrigado. O senhor vai dar mais um minuto só para agradecer V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

O senhor tem 50 segundos.

O SR. WALMIR

Ao agradecer V. Exa., sei que agradeço todos os deputados e creio que eles aceitarão esta moção.

Conto com essa sensibilidade e gostaria que vocês entendessem que é um pai de aluno que está falando.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Passamos a palavra à Sra. Encarnação Amorim, representando os pais do interior.

A SRA. ENCARNÇÃO

Senhor presidente, senhores deputados.

Sou mãe de uma aluna da escola de uma cidadezinha perto de Londrina e através de reuniões com pais e professores, decidimos que queremos escolher o diretor da nossa escola, livre e democraticamente, pois nós conhecemos a realidade de nossa escola e o que é melhor para os nossos filhos.

Por isso pedimos aos deputados que derrubem este Decreto 4313 e votem a favor dos professores.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Passamos a palavra para a professora Maria Helena, de Curitiba.

A SRA. MARIA HELENA

Senhoras e senhores deputados, senhor presidente e companheirada que está aí na Plenária.

Todas as nossas falas aqui vêm no sentido de sensibilizar as pessoas que ainda não compreenderam o que é este Decreto 4313 e quero dizer que não adianta modificar um artigo aqui, um parágrafo lá, como já ocorreu com um novo decreto, alterando o artigo 5º, alínea “e”. Não nos interessa isso, porque este decreto já nasce com uma desgraça na essência. A essência da democracia desse decreto já é nefasta, não só para a educação, mas para a participação.

Vamos ver o seguinte. Primeiro, tem que se inscrever no teste. Depois, faz um teste que não tem critério de eliminação nenhum.

Aliás, 32% das pessoas que fizeram o teste foram eliminadas e no entanto um documento da própria Secretaria de Educação diz o seguinte: não houve uma nota mínima que os candidatos precisassem atingir. A pontuação foi por comparação entre o desempenho de todos os candidatos que fizeram a prova. Ora, que raio de comparação é essa? Tem lá, quem tirou insuficiente, deveriam ser 7%. Então somente 7% deveriam ser reprovados, e no entanto, 32 foram reprovados! E não existe nenhum outro documento dizendo qual é o critério de exclusão.

Depois disso, vai lá para a escola, é proibido fazer campanha na escola, vai aparecer no mural um currículo em formato padrão, porque não é em qualquer formato, é em formato padrão! E aí, a comunidade não pode fazer campanha, vai ter uma assembléia marcada no período da tarde para as pessoas fazerem perguntas. Depois disso tem que dar quórum na comunidade, 50% mais 1. E se não der quórum, não tem uma nova eleição.

Se não der quórum, senhores deputados, a Secretaria de Estado da Educação indica quem ela quer! Depois, ainda, passa por um outro crivo: o processo de exclusão é devagarinho. Depois vem outro crivo que é o peso. Aliás, nós sabemos que inclusive o Conselho Estadual de Educação determina que Comunidade Escolar é quem? Os alunos, os professores e os trabalhadores em educação, que são os professores e funcionários. E a Secretaria da Educação faz parte da comunidade escolar. Ela não faz

parte da comunidade escolar! Isso, nem lá no Conselho Estadual de Educação!

No decreto ela faz parte, e já vem com 20% da possibilidade de votos. 50% são dos pais, 30% dos trabalhadores em educação e 20% da Secretaria da Educação.

Muito bem. Quantos pais e alunos votam na comunidade escolar? Mil. Vamos dividir mil por cinco, vai dar duzentos pais. Quantos professores e funcionários tem? Sessenta. Vamos dividir sessenta por três, vai dar vinte. Quantas pessoas da Secretaria de Educação vão votar lá? Duas. Vamos dividir duas por dois, dá um.

Sou professora de matemática. Significa o seguinte: que o voto de uma pessoa da Secretaria da Educação equivale a quarenta votos dos trabalhadores em educação e a 200 votos de pais. Isso é proporcionalidade democrática? No nosso entendimento, não! Democracia não se faz com a secretária da Educação já entrando com 20% dos votos. Passou lá, o diretor. Aí vão vasculhar a vida da criatura. Se você tem uma prestação da casa atrasada, porque o salário nosso é muito bom e não tivemos condições de pagar, o que acontece? Não vai ser eleito! E não vai ter outra eleição, porque aquele professor não tinha dinheiro para pagar a prestação da casa própria! A secretária da Educação faz o quê? Vai lá e determina quem ela quer como diretor! Isso é a democracia do Governo do Estado do Paraná.

Depois, mais do que isso, tem que assinar um termo de compromisso. Que raio de termo de compromisso é esse? Vocês me desculpem a emoção.

Para finalizar, então, teria que dizer os outros passos, mas eu quero fazer uma denúncia nos dois últimos minutos que me restam. E quero que todo mundo leia o decreto nesta perspectiva;

No Instituto Politécnico, até essa semana, tem eleição lá da forma do decreto, que aliás em nenhuma linha dele aparece a palavra eleição e sim, a palavra escolha ou seleção. E lá no Instituto Politécnico, uma professora da escola foi se inscrever para ser diretora. E não pode, mesmo tendo passado no teste. Disseram-lhe que não iria ter eleição na escola. Mas um professor fora da escola pode ir lá. O que isso significa? Aí vieram a saber que o Governo do Estado quer acabar com o ensino profissionalizante no Instituto Politécnico.

Portanto, eles não podem correr o risco de ter alguém eleito pela comunidade! Então, sequer estão abrindo a inscrição para essa professora ser diretora!

Enfim, motivos nós temos demais, para acabar com esse decreto. E mais do que isso, para aprovar 332, que já está tramitando aqui nesta Assembléia Legislativa.

Então, mais uma vez pedimos a consideração de todos os deputados aqui presentes, para que acolham esse pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Passamos a palavra ao professor Romeu, Presidente da APP.

O SR. PROFESSOR ROMEU

Senhor presidente desta Sessão, senhores deputados, nobres companheiros da dura travessia, que é educar, neste País.

Estamos aqui focando o 4313. Quero reforçar o que disse o deputado Pugliesi. O governo assinou um compromisso conosco de que até 30 de maio mandaria para esta Casa o seu projeto de eleição de diretores, já que o nosso dorme aqui desde agosto de 2000. A Secretaria se comprometeu a mandar para cá, o governo também, mas ficaram com medo. O filho que pariram saiu um monstro e eles ficaram com medo desse monstro, com medo que ele assustasse até a base governista, que até a base governista não iria dar apoio.

Então, a secretária Saliba, no dia 20 de julho deste ano, pede ao governador; socorro, baixe um decreto! E o governador baixou o decreto, instituindo esta eleição de diretores, que não é um eleição; é uma nomeação, porque os pais não podem escolher livremente. Escolherão aqueles que passarem pela triagem do governo.

Ora, passaram por cima até da Constituição!

Jogaram no lixo até a CLT da década de 40, que institui a licença-maternidade. Passaram por cima da Constituição Federal de 88, que institui para a mulher gestante, licença de quatro meses, mas esse decreto é tão inconstitucional que estabelece que a diretora que ficar grávida está, depois de trinta dias, fora da escola.

Eu não quero voltar mais ao decreto, porque a Maria Helena, que me antecedeu, fez uma análise que foi ao fundo da questão, mas é impossível que esta Casa fique insensível a um flagrante desrespeito à Constituição. Esta Casa tem a obrigação de zelar pela Constituição, que não está sendo cumprida, quando o decreto avilta a Constituição Federal! A secretária Saliba inventou lá, um teste...

Que teste precisamos nós? Que teste precisam os vereadores, os deputados, os governadores? Nenhum! O único teste que eles precisam, é a confiança da comunidade!

Que teste prestou Saliba?

A Sra. Saliba não conhecia e ainda não conhece o nosso sistema. No entanto, sem teste algum, ela dirige toda a Educação do Paraná! Eu desafio a senhora Saliba a dirigir uma escola nossa, por um mês. Ela não aguentará, porque nós passamos mais da metade das nossas vidas dentro de uma escola, sofrendo as mais terríveis agruras. Os diretores que hoje carregam as escolas nas costas, não têm funcionários, porque a secretária tirou; não têm merenda, não têm material, livros, não têm nada e muitas vezes, ainda têm gangues em volta da escola e a direção tem que ficar sempre cuidando para que as crianças não sejam agredidas, para que os jovens não se envolvam em brigas, em droga e tudo o mais.

Que teste precisam mais esses candidatos, senão o teste que já fizeram nas Universidades e o teste cotidiano que fazem de carregar as nossas escolas nas costas?

É uma humilhação o que tentam fazer conosco! Nós repudiamos! Não temos medo de teste! Pelo contrário, queremos concurso público rigoroso, de provas e títulos para o ingresso na carreira, e o governador Lerner e a secretária Saliba se negam a fazer a concurso público! Sabem por quê? Porque querem colocar nas escolas não quem sabe, mas aquele que obedece!

Querem transformar o diretor de escola num cabo eleitoral para as próximas eleições, senhores deputados! Essa é a questão. E eu tenho certeza, os deputados não precisam disso e nunca pediram isso. Esta é uma artimanha palaciana!

Várias escolas estão enviando moção de apoio ao nosso projeto que tramita aqui e pedindo a derrubada. A Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande já aprovou uma moção de apoio à nossa causa e assim, outras Câmaras Municipais.

Quero chamar a atenção desta Casa para a greve que está anunciada para vigorar a partir do dia 27. Ora, o que nós queremos dessa greve? É um absurdo que a gente tenha que fazer uma greve para exigir que a Constituição seja cumprida!

A Constituição diz no seu artigo 37:

“Revisão anual de salário para os servidores”.

O senhor Jaime Lerner se nega terminantemente, a cumprir a Constituição e com ele não acontece nada, mas bastou que a gente fizesse trinta minutos de uma greve parcial para vir todo tipo de pressão, de que temos que cumprir a legislação, que nos obriga duzentos dias!

Quer dizer que a lei só funciona contra nós?

Que absurdo é esse?

O governador, em 95, prometeu que a metade do que crescesse a Receita do Estado, seria repassada para os servidores. Pois bem, senhores. De 1995 até 2001, a Receita do Estado cresceu 122%. dados do Dieese e conferidos pelo governo. O que nós ganhamos desses 122%? Nada! Absolutamente nada! Ao contrário, o nosso salário caiu 50%.

Nesta Casa tramita o Projeto nº 411, enviado pelo governador. Esse projeto antecipa o apocalipse na nossas carreira.

Peço aos senhores deputados que retirem da Assembléia Legislativa. Solicito a toda a Casa que faça um esforço para retirar de cima de nossas cabeças essa terrível ameaça que acaba com a nossa carreira.

Concurso público também precisamos; queremos o apoio desta Casa para isso. Solicitamos que se faça, ainda hoje, com o beneplácito da Mesa e do Presidente da Assembléia é possível, uma Sessão Extraordinária para que os deputados apreciem o decreto legislativo que tramita, e possamos, às nossas vistas, ver como os deputados se comportam com o voto, porque amanhã ou depois este plenário vão estar vazio e não sabemos o que vai acontecer.

Por último, reforço e agradeço em nome de todos os educadores, a proposta vinda do deputado Pugliesi; acho que ela é boa, é possível, de uma comissão inte-

grando todos os Partidos, estabelecer um canal de negociação, porque o governador Lerner insiste em dizer, de forma monocórdia, que não tem negociação, mas é muito ágil para servir de cicerone ao Bill Clinton em Foz do Iguaçu, mas não tem a menor complacência com quem carrega este Estado nas costas e nós, que estávamos ali no Palácio, no dia 30 de agosto, em mais de dez mil servidores, não fomos recebidos pelo governador. Será que não merecemos do governador do Estado, uma conversa?

Como é que os representantes da multinacionais chegam aqui com tapete vermelho, têm todos os beneplácitos, dilação de imposto, tem terraplanagem, tem tudo, mas nós não somos merecedores sequer de uma conversa com esse governador? É impossível isso!

Temos que restaurar a ordem, o diálogo e a democracia neste Estado, mas se o Legislativo não servir de canal, então nós não temos mais a quem apelar, porque esse governo sequer cumpre o que o Tribunal de Justiça diz, haja vista o nosso terço de férias que qualquer trabalhador neste País tem quando sai de férias; nós não recebemos. O governo parcela em nove vezes, se quiser, apesar de o Judiciário já ter reiteradas vezes dito que eles têm que cumprir a Constituição; eles não cumprem e tudo fica por isso mesmo.

Fazemos hoje um apelo ao Legislativo. Aja, trabalhe em nosso favor, porque é a causa mais nobre a educação.

Ou temos educação ou temos barbárie, não há outro jeito!

Eles insistem em apostar na barbárie, mas nós, educadores, insistimos em apostar numa civilização! Se eles pensam que educação é cara, que experimentem então a ignorância, e verão o que é caro!

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. ALGACI TULIO **(Pela Ordem)**

Senhor presidente, quero fazer aqui um registro, neste momento, para dizer que o projeto de decreto legislativo que susta, com base na Constituição Estadual o Decreto nº 4313 de 27 de junho de 2001, já está no Departamento Legislativo, para que todos saibam os deputados que já o assinaram. Ele está aberto para outros parlamentares que desejarem assinar e, portanto, nos dar a maioria, na votação.

Por enquanto os deputados: Algaci Tulio, Ângelo Vanhoni, Strapasson, Augustinho Zucchi, Orlando Pesuti, Cezar Silvestri, Neivo Beraldin, Irineu Colombo, Ademir Bier, Sérgio Spada, Serafina Carrilho, Caíto Quintana, Antonio Anibelli, Hermes Fonseca, Pastor Edson Praczyk, Marcos Isfer, Waldyr Pugliesi, José Maria Ferreira, Toni Garcia, Luciana Rafagnin, Nereu Moura, Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk e Renato Gaúcho. Portanto, nós temos 24 assinaturas. Está aberto, senhor presidente, para os demais parlamentares, e inclusive os que já se posicionaram publicamente podem colocar a assinatura ou pelo menos confirmar, perante a platéia,

que votarão favorável à sustação desse decreto, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao deputado Cezar Silvestri do PPS.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Só para fazer uma observação ao que o deputado Algaci Tulio relatou, os deputados Ricardo Chab, Ricardo Maia de Maringá e Edno Guimarães de Cianorte, também acabaram de assinar.

(Aplausos)

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Senhor presidente, para dar uma satisfação à comunidade escolar e aos pais que aqui estão, nós temos 27 assinaturas. Falta apenas uma assinatura. Repete-se o caso da Copel!

(Aplausos, Gritos, Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

A sessão não terminou, ela continua, e gostaríamos que a galeria respeitasse os trabalhos e principalmente a Sessão da Assembléia Legislativa.

Pela ordem, com a palavra o deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Só para avisar aos pais que vieram falar comigo e aos professores que eu já assinei a emenda proposta pelo deputado Algaci Tulio.

E mais: me posiciono publicamente contra o projeto. Acho este projeto de uma falta de sensibilidade para um momento como este, uma coisa impressionante esse decreto da secretária! É uma falta de sensibilidade tremenda! E aqui louvo a convocação feita pelo deputado Caíto Quintana, quando ele diz que na Assembléia, nós, votados, na condição de todos nós, tivéssemos que fazer prova para saber se poderíamos ou não legislar. O mesmo acontece com relação aos diretores.

Eu quero colocar publicamente. Não é porque eles estão aqui, não. Já me posicionei, inclusive pessoalmente, perante a secretária, que seria contra o seu decreto.

Obrigado.

(Aplausos)

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Pela Ordem)

Pela manifestação pública que fez aqui o ilustre deputado Luiz Carlos Alborghetti, peço, se a Mesa permitir e o autor do projeto consentir, vários deputados que subscrevemos - da nossa parte eu consinto - de que o nosso presidente da APP, professor Romeu, pegasse a assinatura que falta na declaração pública de voto, do deputado Luiz Carlos Alborghetti, e já teríamos os vinte e oito.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Com a palavra, o deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Deixaria até de fazer uso da palavra, se mais deputados pedissem "Pela Ordem" e nos dessem boas notícias votando junto com os professores do Paraná.

Mas, não poderia deixar de me pronunciar, nesta tarde, principalmente após ouvir o pronunciamento de um pai de aluno que citava o fato ocorrido na minha terra natal, Guarapuava, com a diretora do Colégio Mahattma Gandhi, professora Marilene Conte Prazel.

Esta diretora, senhores pais, diretores, deputados, recebeu todos os prêmios possíveis dados pela Secretaria da Educação nos últimos oito anos a uma diretora de escola. Recebeu como prêmio, da Secretaria, uma viagem aos Estados Unidos, pela maneira competente que ela administrou a Escola Mahattma Gandhi durante estes últimos anos. A Escola Mahattma Gandhi é uma escola da periferia de Guarapuava, onde a grande maioria dos pais faziam com que os filhos se deslocassem até o centro da cidade para não estudar na escola próxima, em virtude da deficiência pedagógica, apresentada anteriormente a ela assumir a direção da escola, por vários problemas, inclusive envolvimento de drogas dentro da Escola. Todos os problemas possíveis. Essa mulher, de forma guerreira, assumiu um desafio em nome da comunidade daquele bairro e transformou a escola, fazendo com que ela se tornasse modelo para toda Guarapuava, para todo o Estado e servindo de referência para nossa universidade, que inclusive tem vários convênios com a Escola Mahattma Gandhi.

E para surpresa de todos nós, ela não passou neste famigerado teste imposto pela Secretaria de Educação! Falo em nome, tenho certeza absoluta, de todos os professores e diretores de Guarapuava. Muitos ou a grande maioria contrariada em vir fazer esse teste. E eu, aqui, assumo aquilo que eu disse para todos aqueles que me consultaram, que na minha avaliação não deveriam fazer o teste, para que não legitimassem este processo ditatorial e abusivo imposto pelo Governo do Estado!

(Aplausos)

Governo que não honra compromissos assumidos! Não somente com os professores. Se vocês recordarem, dias antes das eleições para o Governo do Estado de 1998, o governador Jaime Lerner, através de toda a mídia estadual, através do programa eleitoral gratuito, dizia que, se eleito fosse, manteria o preço do pedágio reduzido em 50%, que ele reduziu 15 dias antes, para ganhar as eleições. Deu um golpe eleitoral! Passadas as eleições, voltou a aumentar o pedágio, não respeitou a população do Paraná!

Lembro a vocês, quando 92% da população paranaense se dizia contrária à votação da Copel, aqui nesta Casa, na presença do ex-deputado Anibal Khury e de outros deputados, disse para toda a imprensa paranaense

que ele jamais venderia a Copel, só se ele fosse louco, porque ele era um social-democrata e jamais venderia a Copel!

Não honrou o compromisso com os deputados, com a população paranaense a agora quer vender esta empresa que é modelo para todo o Paraná e para todo o Brasil.

E, com os professores de todo o Estado do Paraná e eu digo isto a vocês com a tranquilidade de quem fala publicamente, que a maior conquista que teve como deputado estadual, foi transformar o relacionamento político-administrativo com os professores e diretores das nossas escolas, estaduais, num relacionamento de amizade. Chamo todos os professores e diretores de amigos e assim sou tratado aqui, na Assembléia Legislativa. Como amigo!

Não rogo o compromisso com os professores que lhe deram a vitória em 94, porque faço questão de dizer que sou testemunha, porque também estava lá junto com os professores apoiando este governador. Os professores, numa demonstração de unidade apoiaram de forma maciça o governador Jaime Lerner e ele dizia que os professores teriam a sua recompensa, que conheceriam o governador de todos os professores, independente de filiação política, que os professores teriam um tratamento que nunca tiveram na história do Paraná. E o que vocês receberam? 6 anos sem aumento! E acaba com as eleições que foi instituída, inclusive pelo meu companheiro de partido, deputado Rubens Bueno, alguns anos atrás; as eleições diretas para os diretores de escola!

Acaba com a eleição, propondo este teste absurdo, tão absurdo que não se vê apenas o caso de Guarapuava, mas nós estamos recebendo carta de todos os municípios do Estado do Paraná.

Quem diria, senhor presidente, senhores deputados, disse aqui o deputado Alborghetti que não é capacho do Governo do Estado, não seria capacho do governo, tenho a certeza absoluta que esta ação suicida do governador Jaime Lerner contra o povo do Paraná não terá mais o respaldo da base de sustentação aliada. O que ele está fazendo é um verdadeiro crime! Quem brinca com a dignidade de um povo, recebe o troco! Quem brincou com a dignidade dos professores já recebeu seu troco nas eleições passadas. Com certeza, este governador receberá o troco do povo do Paraná e dos professores.

E peço a vocês, meus colegas deputados, façam como Alborghetti, porque, se vocês não fizeram isto, receberão o troco, sem dúvida nenhuma, por parte do povo do Paraná e dos professores!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PDT, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, vou dividir o meu tempo com o deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nossos convidados professores.

Primeiro eu quero agradecer ao meu líder de partido, deputado Zuk, por ter cedido horário.

É evidente, deputado Zuk, que os professores terão apoio do PDT. É evidente que o deputado Luiz Carlos Zuk e o deputado Eli Ghellere votarão de acordo com os interesses dos professores. Por quê? Porque o interesse dos professores é o interesse do ensino do Paraná. Interesse dos nossos filhos, da nossa família e até dos nossos netos.

Ouvi muito bem, no Grande Expediente, quando foi usado pelos professores, que diziam da importância que tem a educação na formação dos nossos filhos.

Se analisarmos o estatuto do PDT, o ponto principal que divulgamos é o ensino público. Se analisarmos a questão mundial poderemos ver que, nenhum país passa fome porque é grande ou pequeno produtor de alimentos. Se olharmos a produção de alimentos no Brasil não dá para admitir que existam brasileiros que passam fome. Se olharmos a produção de alimentos do Japão, não dá para acreditar que lá não tem nenhum japonês que passa fome. Um país é bem ou mau alimentado, de acordo com a educação que ele recebe!

Tenho certeza que a vinda de vocês aqui hoje é de interesse da educação do Paraná. Por isso vocês têm o apoio do PDT, do deputado Eli Ghellere e do deputado Luiz Carlos Zuk.

Concedo um aparte ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Deputado Eli Ghellere, não poderia ser de outra forma que V. Exa. ocupasse o nosso horário da Liderança. A melhor sugestão a ser dada ao governador do Estado é aquela que todo o Paraná conhece, principalmente os pais de alunos, os servidores de escolas e os professores: que pegasse a professora Saliba, mandasse de volta a Brasília e fosse no Banco Mundial, onde ela diz que tem e possui e não discutimos a capacidade de gerenciamento de uma educação a nível internacional.

Acredito que o professor Romeu colocou muito bem quanto disse e desafio, e nós endossamos o desafio, se essa professora titular da secretaria da Educação aguentar um dia numa escola de nível médio para lidar com a educação que ela não conhece, teríamos no Estado do Paraná uma pessoa melhor a ser escolhida.

Lamento, senhor governador, não escolher em solo paranístico, entre os milhares e milhares de professores capacitados que possuímos, o secretário da Educação. Atrás da secretaria que desfilou, o Heitor que ali se encontra, o Paulo Maia, excelente professor que aqui desfilou e inúmeros outros, não precisava ser gente ligada à APP. Fosse isenta de qualquer Partido, mas que fosse do Paraná e que fosse um professor que conheça a sala de aula.

Agradeço o aparte e faço a sugestão à Liderança do Governo que ali está, meu querido amigo Durval Amaral, que merece de todos vocês o respeito, porque ele, como pai, como homem que recebeu a educação nos primeiros dias da sua infância, como nós recebemos e chegou a ter o título que possui, de advogado, competente que é, e graças a vocês, professores, ele não vai faltar.

Acredito que, além da inteligência que ele possui que Deus lhe ofereceu parte daquilo que ele foi e é na vida, principalmente, bom chefe de família, com dois excelentes corintianos dentro da sua casa. Acho, que o ilustre deputado Durval Amaral, é o ponto que foi sugerido pelo deputado Waldir Pugliesi, para ser a ponte de apoio, de entendimento e de conversação, com o Governo do Estado, entre a Educação e o governador Jaime lerner.

Queria estender a V. Exa. essa solicitação que nunca faltou para o entendimento, e principalmente para solução da Educação do nosso Estado, deputado Durval Amaral.

Muito obrigado, deputado Eli Ghellere!

O SR. ELI GHELLERE

Agradeço o aparte do deputado Zuk e peço...

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Quero interrompê-lo e parabenizar o deputado Luiz Carlos Alborghetti, que acabou de assinar também aqui. Portanto, atingimos a marca de 28 assinaturas e quero acreditar que no dia que o projeto vier, possivelmente amanhã, vamos tentar transformar o plenário em Comissão Geral.

Amanhã, portanto, quem sabe, tenhamos já a votação que susta o decreto da secretária Alcyone Saliba, 28 assinaturas!.

O Sr. Cezar Silvestri

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

O deputado Algaci Tulio falava e acabei, esquecendo no meu pronunciamento.... o professor Romeu fazia um alerta, senhor presidente, senhores deputados: a secretária de Educação está ligando para a chefia dos núcleos, para que antecipem as eleições para sábado, dia 29.

Então, mais do que nunca, precisamos aprovar esse regime de urgência, para que possamos, realmente, cancelar esse decreto.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nós pedimos mais uma vez aos nossos ilustres visitantes, que são bem-vindos, que se mantenham em silêncio, por favor.

Para concluir seu pronunciamento, deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, a intenção de usar o horário do meu partido, era para falar sobre um problema muito sério que estamos passando na fronteira do Brasil, com o Paraguai, mais precisamente na região de Foz do Iguaçu, mas vamos ter a oportunidade na Sessão de amanhã, para falar sobre esse assunto.

Só um comunicado que faço a esta Casa: hoje, quando estava me dirigindo para o aeroporto de Foz do Iguaçu, fui surpreendido com um grande manifesto na BR-277, onde o pessoal do Ceasa, o movimento dos caminhoneiros, interromperam aquela rodovia, também se somando ao movimento que está ocorrendo na Ponte da Amizade. E somando a tudo isso, o que estamos depa-
rando, é com a ausência total do Governo do Estado naquele movimento.

Então, é importante, presidente, Elio Rusch, líder Durval Amaral, de que o governo do Estado esteja presente lá na região da fronteira, porque a situação está muito grave lá, e a tendência é agravar cada vez mais.

Temos aproximadamente 30 mil pessoas, 30 mil brasileiros que trabalham na região da fronteira. Temos aproximadamente 3 a 5 mil paraguaios que trabalham no Brasil, e o clima é muito tenso. É um alerta que trago a esta Casa, e vamos ter o dia de amanhã para continuar o debate.

Mas, professores, fiquem tranqüilos que com as 28 assinaturas e com o chamamento dos 28 deputados no Plenário, para daqui a pouco, vamos conseguir aprovar o decreto legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PT deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, deputado Elio Rusch, senhores deputados, senhoras deputadas, convidados que aqui estão presentes hoje, representantes das Associações de Pais e Mestres, professores, representantes da APP e demais entidades representativas dos professores.

Não consigo entender, qual o objetivo da secretária da Educação e do governador do Estado, porque pelo que entendo do processo educacional, e de uma política de educação, sou daqueles que acreditam que a teoria, todo conhecimento que tenho, e que consegui obter até hoje, é que nós construímos o conhecimento na participação.

O conhecimento verdadeiro que cada aluno, que cada jovem tem, e vai construir, deve necessariamente, aquele que é mais profundo, aquele que realmente é o conhecimento consolidado na sua formação, na sua razão, é o conhecimento construído pelo próprio aluno em um diálogo aberto com os próprios professores.

A visão de conhecimento de repassar para os alunos apenas uma série de informações, esse tipo de conhecimento nós sabemos, há muito tempo, que não é a forma mais correta de construção do conhecimento.

E a LDB, todo o avanço da teoria pedagógica, no mundo inteiro, defende apregoa, estimula, fomenta, que o processo da construção do conhecimento, seja um processo coletivo.

É isso que nós queremos para as nossas crianças, é isso que nós queremos para todos nós.

E para que o conhecimento seja um processo coletivo, é fundamental que a sociedade se organize em regras democráticas. Cada vez mais, os direitos sejam estendidos a todos.

Está ocorrendo um problema em relação ao Governo do estado, e acho que isso ficou subentendido em algumas falas de alguns deputados.

É como se o professor, como se os pais e alunos, não tivessem o direito de se manifestar politicamente!

Por que isso?

Ouvi dizer aqui, que a secretária quer que os diretores sejam correio de transmissão do Governo do Estado para as eleições do ano que vem.

Eu sou daqueles que defendem que o governador pode querer que a diretora ou uma professora de qualquer unidade educacional no Estado do Paraná, defenda as posições políticas de governo do Estado.

Não sou contra isso.

Acho que nenhum de nós deve ser contra isso. Qualquer diretor de escola pode decidir pela sua livre consciência, ser um adepto da posição política do governador do Estado. Nada mais democrático do que isso.

Nada mais democrático do que ter um professor que tenha preferência pelo PTB, pelo PFL, pelo PC, pelo PT, pelo PMDB, qualquer Partido.

Ou nós estamos construindo uma sociedade democrática, ou não estamos!

Mas o que está em jogo, não é a disputa por posições políticas, apenas do conjunto da sociedade. O que está em jogo é que o Governo do Estado que suprimir a possibilidade de que diretores, de que associações de pais e mestres, de que pais, mães, estudantes, a comunidade escolar, se manifestem politicamente.

O governo tem todo o direito de tentar convencer qualquer pai, em qualquer bairro do Estado do Paraná, em qualquer comunidade educacional. Tem todo esse direito. O que ele não tem, é o direito de impedir a participação democrática de toda a comunidade escolar, no processo de eleição da gestão escolar democrática do nosso Estado, do Estado do Paraná.

E é isso que o governo faz com o decreto tão bem relatado pela professora Maria Helena, pelos pais que vieram aqui e pelo professor Romeu que expôs uma série de razões que nos levam a acreditar a ter a certeza que as medidas do Governo não interessam nem à sociedade, não interessa ao Governo, não interessa a ninguém, a não ser àqueles que não querem a democracia.

Fico preocupado com esta Sessão de hoje, porque os deputados que, de alguma forma, têm a sua opinião política centrada e acompanham o Governo do Estado,

estão sensíveis com os problemas dos professores e com a arbitrariedade nesse decreto.

O deputado Ricardo Maia, de Maringá, já declinou que vai votar favoravelmente; o deputado Edno Guimarães, que está na Mesa Executiva, que é lá da cidade de Cianorte, também o fez; o deputado Luiz Carlos Alborghetti procedeu da mesma maneira; o deputado Ricardo Chab, além de proceder da mesma maneira, deixou pública a sua opinião, não só para a platéia que está nos assistindo, mas para a imprensa toda que está fazendo a cobertura desta Sessão, tão importante, aqui na Assembleia Legislativa.

Preocupa-me, senhor presidente, porque estou assistindo que o Governo do Estado, o líder do Governo, deputado Durval Amaral, está questionando, e o resultado é este, para que os deputados da Base do Governo não compareçam à Sessão, para não votar o projeto de requerimento de regime de urgência, hoje.

Isso traz um complicador, porque vamos frustrar também toda a política científica e todos os que estão favoráveis a uma mudança, porque depois desta Sessão aqui, temos uma outra Sessão, vejam só os senhores, que vai votar uma mudança na Constituição do Estado do Paraná, para reiterar da Polícia Civil o Instituto de Criminalística, para não permitir que cada delegado ou cada delegacia tenha influência no Instituto de Criminalística para proceder às provas. O que é uma coisa correta. Tem o apoio de todos nós, aqui. Nós queremos que o Instituto de Criminalística fique independente da polícia, para que a prova de qualquer delito que aconteça no Estado do Paraná, seja a mais imparcial possível. Do jeito que está, não pode continuar.

No entanto, a Sessão será após esta Sessão Ordinária. Eu me pergunto, senhor presidente, vamos permitir realizar uma Sessão Extraordinária, quando representantes do Instituto de Criminalística do Estado do Paraná inteiro estão aqui fora, aguardando para virem presenciar a votação, e a Mesa Executiva vai permitir que o líder do Governo, de uma forma acintosa, esvazie a Sessão para não permitir a votação de algo tão importante para a Educação no Estado do Paraná?

Acho, senhor presidente, que este procedimento é algo que cria um precedente grave para a Assembleia Legislativa. O correto seria que a Mesa Executiva intermediasse um acordo, chamasse o líder do Governo, deputado Durval Amaral, que se encontra aqui no plenário, e solicitasse que peça aos deputados que dão sustentação ao Governo, que fiquem no plenário, e nós vamos nos sujeitar...

(Manifestação nas galerias)

E nós, eu, a Bancada do PT, outras Bancadas da Oposição e alguns deputados vamos votar pelo regime de urgência. Se a Bancada do Governo ganha no voto, nós nos sujeitamos ao voto, não há problema. Aquilo que a Saliba não quer se sujeitar, é o voto. Por isso é que ela fez o decreto, porque ela tem o direito de concorrer com qualquer professor, em qualquer escola, e ela tem o

direito de colocar toda a máquina do Governo, da Secretaria da Educação, para influenciar pais e mestres em todo o Estado do Paraná, com recursos financeiros, e etc., mas o que ela não quer é concorrer e nós queremos concorrer ao voto!

Por isso, senhor presidente, solicito a V. Exa. que chame o líder do Governo, e que não frustem os professores e pais de alunos do Estado do Paraná, que querem ver hoje aqui votado o projeto que institui o regime de urgência, para que o projeto de decreto seja aprovado.

Solicito à bancada de visitantes, que permaneçam na Sessão até o fim, para que possamos acompanhar o posicionamento de cada deputado.

Concedo aparte ao deputado Cezar Silvestri.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Deputado Ângelo Vanhoni, V. Exa. levanta uma questão, e eu comecei a raciocinar em cima dessa sua preocupação, e acho que a preocupação é ainda maior, porque o esvaziamento pode ocorrer não somente na Sessão de hoje. V. Exa. citou alguns deputados, como o Edno Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Alborghetti e outros deputados da Base de Sustentação ao Governo, que assinaram conosco. Mas, de repente, esse esvaziamento pode proceder-se também na Sessão de amanhã.

E, como está havendo e já houve aqui uma denúncia feita por parte do professor Romeu de que a secretária da Educação estaria ligando para os chefes dos Núcleos para anteciparem as eleições para o dia 29, se não tivermos mais Sessão durante esta semana, voltaremos na segunda-feira com o fato consumado, já com as eleições feitas.

Por isso, aqui eu quero fazer um pedido aos deputados da Base de Sustentação ao Governo, que assinaram conosco que estejam no plenário, não somente hoje, como também amanhã, para que possamos derrubar esse decreto!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Muito obrigado!

Senhor presidente, faço um apelo à Presidência da Casa, que representa o conjunto dos deputados, não representa os da Oposição, e nem os do Governo; representa a instituição, os deputados estão presentes, os deputados estão presentes, os deputados responderam que participaram da Sessão pronunciaram-se no microfone, e gostaria que V. Exa., em nome da Assembléia Legislativa, gestionasse junto ao líder do Governo, solicitando que chame os deputados da Base do Governo para os seus assentos no plenário da Assembléia.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PPB; PFL; PSDB; PTB.

(Todos declinam)

Liderança do Governo.

Com a palavra, o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados, senhores professores presentes nesta tarde.

Tenho aqui em mãos uma ação direta de inconstitucionalidade, que não é do Governo Jaime Lerner, mas do ex-governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, arguindo a inconstitucionalidade nas eleições diretas para diretores de escolas.

Não são minhas as palavras, mas diz aqui a arguição de inconstitucionalidade:

“Diante dessa disciplina, constante no inciso VII do artigo 178 da Constituição Estadual, e de toda a Lei Estadual nº 7.961/84, a inconstitucionalidade é da integralidade desse conjunto normativo.

A eletividade introduzida na Administração estadual pelas normas confrontadas é inconstitucional porque implica a criação de mandatos de diretores dos estabelecimentos de ensino, em processo de que participam professores, funcionários, pais e alunos (artigo 4º da Lei nº 7961). O Poder Executivo - governador e secretário de Educação - fica vinculado aos resultados das eleições, devendo prover na função de diretor o candidato que obtiver a maioria dos votos (artigo 3º da Lei nº 7961).

No sistema eletivo há evidente cerceamento da independência e autonomia do Poder Executivo de gerir a política da educação, pois a eletividade introduz nesse decisivo segmento da ação do Estado, um componente que neutraliza e compromete a própria integralidade do modelo de regime de governo. A direção superior da administração pública perde a sua vitalidade e eficácia.” Afirma a arguição de inconstitucionalidade do hoje senador Roberto Requião.

“A eletividade nas direções escolares provoca na prática a instituição de um terceiro modo de provimento das funções públicas”.

Portanto, para ir para os “finalmente”, porque ela é muito extensa - subsistindo os efeitos dessas normas o Poder Executivo está impedido de exercer a sua competência de escolha livre, discricionária dos diretores dos estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus do Estado do Paraná.

Com isto, sem dúvida, o imenso comprometimento de medidas administrativas e de políticas de educação que queria implementar no setor, pois a estas prioridades os diretores eleitos poderão antepor outras, advindas de compromissos da campanha eleitoral disputada no estabelecimento de ensino.

Senhor presidente, fiz questão de trazer isto e a decisão do Supremo Tribunal Federal, decisão do ministro Sidney Sanchez e outros mais que diz - são inconstitucionalidade no texto do inciso 7º, do artigo 178, da Constituição do Estado do Paraná, as expressões - adotando-se o sistema eletivo direto e secreto na escolha dos dirigentes da forma da lei.

Faço questão de mencionar isto para dizer que não foi o governo de Jaime Lerner que acabou com as eleições diretas para diretores de escola. Primeiro, uma

arguição de inconstitucionalidade levada a efeito pelo governo do hoje senador Roberto Requião, que tem sustentação política nesta Casa através da Bancada...

(Vozes paralelas)

O Sr. Marcos Isfer

Por isso que perdeu a eleição para governador...

(Vozes paralelas)

O SR. DURVAL AMARAL

... do PMDB, além do que no governo Jaime Lerner, eu acredito, tem e está deliberando isto, eleições diretas novamente por um ato seu, discriminatório, iniciativa do Poder Executivo, eleições diretas para diretores de escolas.

Claro, se os professores do Paraná, se a APP Sindicato quer discutir a questão, a Liderança do Governo do Estado sempre está disposta ao diálogo...

(Tumulto nas galerias)

Então, como vocês querem, então como eles não desejam o diálogo, fica mantido, fica mantido esta queda...

(Ausência de som)

O Sr. Nereu Moura

Concede-me um aparte, deputado Durval Amaral?

O Sr. Marcos Isfer

Eu solicito um aparte também.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Eu solicito encarecidamente às galerias que respeitem o orador que ocupa a tribuna. Os senhores são os professores do Paraná, por gentileza.

A Presidência foi bem tolerante em todas as manifestações. Agora, por gentileza, vamos ouvir o deputado que está na tribuna.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, eu entendo que os mais de doze mil professores que fizeram inscrição para este concurso, e mais dos oito mil professores que foram aprovados, são tão professores quanto esses ilustres cidadãos que estão nas tribunas e nas galerias desta Casa.

Então, eles merecem também o respeito. Por isto mesmo é que nós devemos buscar uma solução, buscar uma alternativa, se este for o entendimento do bom senso. Se houver radicalização de oposições, quem vai ganhar com isto? Quem ganha a radicalização de posições? E não é isto, em hipótese alguma, o que nós desejamos.

Queremos o entendimento, queremos o bom senso, queremos alternativas, respeitando aqueles que foram aprovados e respeitando aqueles também que não tiveram êxito nesse processo de avaliação, até porque, queiramos ou não, o processo de avaliação que se submetem neste momento ou que se submeteram neste momento os professores, salvo melhor juízo, não houve ainda outra pro-

posta diferente, também é o processo de avaliação a que se submetem todos os alunos de primeiro, segundo graus, de terceiro grau no Estado do Paraná, que é a questão nota.

Então, nós temos... (ininteligível)...uma outra alternativa proposta neste momento, devemos construir essa alternativa e não simplesmente a crítica. Quer seja um instrumento de buscar, de negociar junto com os deputados do PT, do PMDB, com os deputados da Situação, com os deputados de Oposição, vamos buscar uma alternativa, mas uma alternativa de bom senso, sempre lembrando que, quem extinguiu o processo de eleição, quem arguiu a inconstitucionalidade no Paraná, não foi o governador Jaime Lerner, foi o ex-governador deste Estado.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ISFER (Pela Ordem)

Apenas manifestar ao deputado Durval Amaral, que como ele não me concedeu aparte, gostaria de rapidamente considerar que foi este o motivo, talvez, que o Requião perdeu a eleição para o governador Jaime Lerner: quem não respeita o professor perde a eleição.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Acho, que essa solicitação pela ordem, é procedente. E, que pese que eu discorde da justificativa do deputado Durval Amaral, não quero entrar no mérito desta discussão. Quero me ater ao que há de melhor, no meu julgamento, que o deputado Durval Amaral fez ao usar a tribuna nesta tarde de hoje. Ele aponta para uma solução deste impasse. Se ele, enquanto líder do Governo, aponta para uma possibilidade de entendimento, reconhece que tem problemas e aponta que tem possibilidade de entendimento! Gostaria, então, que nos dissesse a forma, porque estamos num impasse, porque acho tanto os professores, como os pais, como qualquer aqui, está de braços abertos, está de coração aberto para fazer qualquer entendimento que supere os problemas existentes na comunidade educacional do Estado do Paraná.

Então, se V. Exa. puder nos esclarecer nesse sentido, poderíamos suspender a Sessão por 5 minutos e tentar talvez entrar numa forma que se buscasse um consenso do ponto de vista daquilo que é melhor para a educação do nosso Estado.

Era, isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Liderança da Oposição, deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, demais companheiros e companheiras que aqui estão.

Senhor presidente, eu começo onde terminou o deputado Durval Amaral. Ele disse da arguição de inconstitucionalidade; houve arguição de inconstitucio-

nalidade. Lembro-me, naquela ocasião o Caíto era chefe da Casa Civil e nós, líder da Bancada do PMDB e do Governo, e discordávamos que naquele momento que se buscasse essa arguição, de inconstitucionalidade.

Mas o que é importante, deputado Durval, dizer aqui, que se o governador Roberto Requião arguiu inconstitucionalidade, recomendado certamente que foi, pela sua assessoria jurídica, pela Procuradoria Geral do Estado, o importante é que, mesmo existindo naquela ocasião a liminar contra a lei e contra o dispositivo constitucional que estabelecia a eleição direta nos moldes da lei anterior, a Lei Rubens Bueno e modificações posteriores, o que é importante dizer aqui, é que o governador Roberto Requião manteve o processo democrático de escolha dos diretores através dos pais, alunos, funcionários e demais trabalhadores.

É importante também que se diga, aqui, deputado, quando V. Exa. traz à discussão esse tema, que a própria liminar do Supremo Tribunal não retirou da Constituição o princípio da gestão democrática. É importante dizer aqui, que em 94, até para esclarecer um pouco essa proposta de V. Exa., de diálogo, da Liderança do Governo estar aberta, que em 94, quando o governador Jaime Lerner percorreu o Estado do Paraná, ele o fez ao lado de centenas de professores, e a todos eles assegurou as eleições diretas para escolha dos diretores!

Então, não é de agora, do mês de setembro, essa discussão. V. Exa. também fala que é preciso sentar para encontrar uma solução, mas esta Casa há alguns meses atrás, há mais de 1 anos atrás, já se sentou, já se discutiu a aprovação do PCCS e a isso não se deu seguimento. Se discutiu, aqui, como disse o deputado Caíto Quintana, uma lei revogando a Lei que instituiu o Paranaeducação. Foi feito diálogo, foi feito entendimento e não se deu sequência a isso. Foi discutido amplamente neste plenário, com a presença dos trabalhadores da educação, com professores, com pais e alunos do sistema estadual de educação a aprovação de um regime de urgência, da aprovação do projeto do deputado Irineu Colombo, para se instituir a eleição direta para escolha dos dirigentes, há alguns meses. Houve diálogo, houve conversação, e o que aconteceu? Nada!

Vem a secretária, baixa o Decreto 4313, um decreto que não permite a aplicação daquilo que está na Constituição, que é o princípio da gestão democrática das escolas públicas, porque se o Decreto 4313 respeitasse o que está na Constituição, a vontade dos alunos, pais, professores, funcionários, tenho certeza que não estaríamos aqui contrariando esse decreto.

Por que será que milhares de professores estão aqui, contradizendo esse decreto? Porque ele não cuida de preservar o princípio maior da Constituição que é a gestão democrática das nossas escolas! Olhem, deputados, nós não estamos falando de meia dúzia de pessoas; são cerca de 65 mil professores ativos e inativos! São cerca de 25 mil trabalhadores na área de educação! São

90 mil pessoas envolvidas, mas não podemos pensar tão somente nos professores e nos trabalhadores. Temos que pensar no conjunto todo que envolve a educação que são os alunos, pais de alunos e na população como um todo, porque afinal de contas, a educação não interessa apenas e tão somente aos pais, alunos, professores e trabalhadores. Interessa ao conjunto da população de um Estado!

Senhor presidente, estamos discutindo hoje a aprovação de um regime de urgência.

Conversando com lideranças do segmento educacional do Paraná e com os deputados, todos nós aqui, conhecemos o Regimento da Casa. Aprovado o regime de urgência, o presidente determinará 48 horas para cada uma das Comissões, que têm que oferecer parecer. Alguns entendem que o parecer deva ser da Comissão Executiva, outras da CCJ.

Não importa, se da Executiva ou da CCJ, teremos 48 horas para esse parecer.

Depois de tudo o que ouvimos aqui acerca das providências que a secretária está adotando para antecipar, ocorreu na mente de alguns parlamentares, que não podemos esperar a edição desse parecer. Não podemos esperar 48 horas para que isso aconteça.

Conversando com alguns parlamentares, surgiu a idéia de, aprovado o regime de urgência ou não aprovado, que apresentássemos e vamos protocolar junto a V. Exa., daqui a uns instantes, um requerimento solicitando a transformação da Sessão plenária de amanhã, em Comissão geral, porque daí, com parecer vai ser discutido e votado.

E pelas manifestações de parlamentares da base do governo demonstrando que a partir de agora, esse projeto não é apenas da Bancada de Oposição e do Bloco independente, temos certeza que amanhã, com a aprovação da transformação do Plenário, em Comissão Geral, com regime de urgência ou sem regime de urgência, com 46 horas de prazo, com ou sem publicação na pauta, o projeto irá para a Ordem do Dia e terá que ser deliberado amanhã.

Portanto, é mais um dispositivo regimental do qual estamos nos utilizando. São 24 deputados que firmaram esse requerimento de Comissão Geral; alguns pediram para não assinar mas estão compromissados em votar a favor da transformação em Comissão Geral e de votar pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 0701, revogando o Decreto 4313, porque esse não atende aos interesses maiores da educação do Paraná.

Ontem falei a respeito disso e falo novamente: quando tivemos o problema envolvendo uma outra resolução da secretária Alcione no que diz respeito ao ensino especial, ao ensino destinado aos portadores de algum tipo de deficiência, esta Casa se levantou e V. Exa. liderou toda esta Assembléia para que aquela resolução fosse revogada. O Paraná agradeceu a esta Assembléia e agradeceu muito mais a V. Exa. pela postura de líder maior de todos nós.

Faço um apelo a V. Exa. para que também se some a nós, para que o Governo do Estado e a secretária revejam a sua posição e revoguem esse Decreto 4313.

Faço outro apelo para que, deputado Durval Amaral organize para amanhã, a exemplo do que aconteceu na vez passada quando o assunto era o ensino especial, que se organize para amanhã de manhã, a exemplo do que aconteceu na vez passada quando o assunto era o ensino especial, que se organize para amanhã de manhã, uma reunião dos líderes partidários desta Casa, ou dos membros da Comissão de Educação, com integrantes e lideranças do setor educacional do Paraná, com S. Exa. o governador Jaime Lerner, com a Sra. Alcyone, com os secretários da Administração e da Fazenda, para que se encontre uma solução alternativa para tudo isso que está sendo questionado, que não é apenas a questão da revogação do 4313/2001.

Existe mais uma dezena, uma centena, sei lá quantas as reivindicações do setor educacional que tem uma paralisação anunciada para os próximos dias. É hora de nós sairmos à frente mais uma vez. V. Exa. deputado Hermas Brandão, que já liderou esta Casa em tantas e tantas oportunidades, poderia ser o grande líder dessa manifestação do setor educacional, pela revogação do 4313 e pela marcação de uma audiência ainda hoje ou amanhã, do governador com as lideranças partidárias e com as lideranças do movimento para que cheguemos a uma solução.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa projetos de lei em número de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Algaci Tulio constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Geraldo Cartário constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni constante do expediente. Necessita de apoio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3106, de autoria dos senhores deputados Algaci Tulio, Orlando Pessuti, Nereu Moura, Marcos Isfer, Hermes Fonseca e demais deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 26 do corrente mês, às 14h30min, em

Comissão Geral, para emissão de parecer, discussão e votação, do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2001. **Recebido, na forma do artigo 107, do Regimento Interno.**

Requerimento nº 3105, de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente, solicitando a inversão de pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. **Prejudicada.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Sergio Spada**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**).

O SR. PRESIDENE (**Hermas Brandão**)

Vinte e cinco senhores deputados responderam à chamada nominal. **Não há quórum para votação.**

Pela ordem, com a palavra o deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Apenas para registrar, senhor presidente, fazer um apelo, inclusive, que os que assinaram a favor do requerimento de regime de urgência, que pudessem comparecer ao plenário amanhã, porque nós, em vinte e oito, podemos votar qualquer projeto aqui dentro.

Faço então um apelo aos companheiros que assinaram e que por acaso não estão aqui agora, ou não ouviram a chamada do senhor 1º secretário, que amanhã pudessem estar aqui para votarmos este regime de urgência proposto pelos deputados.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Eu requeiro que nos forneça uma cópia da chamada, com a presença e a ausência dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENE (**Hermas Brandão**)

Está deferido.

Pela ordem, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, tinha feito um apelo ao Presidente da Casa, em exercício, que era o deputado Elio Rusch, porque o tema que foi discutido hoje, diz respeito à Educação no Estado do Paraná, e diz respeito a alguma normatização do processo de gestão nas escolas.

O líder do Governo aventou a possibilidade de buscar o atendimento, quando utilizou da tribuna. No plenário,

rio da Assembléia, mesmo sabendo que a posição é do governador e da secretária Alcyone Saliba, dá para perceber que há uma certa maioria que entende que tem que ser no mínimo discutido melhor o decreto do governador do Estado do Paraná.

Se a Casa tem esse entendimento, a solicitação que faço a V. Exa., enquanto presidente da Assembléia Legislativa, é que chame uma comissão, chame o entendimento entre a secretária de Educação e as Lideranças da Assembléia, para vermos se amanhã podemos votar e suspender o decreto que restringe a participação de pais, professores, no processo de escolha da direção das escolas do Estado do Paraná.

Na realidade então, faço um apelo à Mesa Executiva, à Presidência, que faça este processo de intermediação, para que busquemos um consenso para resolver este impasse.

Muito obrigado.

O SR. TIAGO AMORIM (**Pela Ordem**)

Senhor presidente e senhores deputados, quero registrar a presença do deputado Tiago Amorim Novaes na chamada nominal, em relação a esta chamada, e estou à disposição da Casa.

O SR. PRESIDENE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 3073 a 3076, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3077, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Autorizo.**

Nestas condições declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 325/2000.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 279, 301, 302, 308 e 322/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 280, 283, 304, 335, 366, 367, 370 e 410/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 737/97; e dos Projetos de Lei nºs 447/97; 298 e 558/99; 285, 305, 384 e 385/2001.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 92/2001

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de PAULO SERGIO BUFFARA FARAH, matrícula nº 40.286, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo, nível 61, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro das licenças especiais a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 6765/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.09.2001.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

NIVALDO VANDIR CORDEIRO, matrícula nº 40127, endereço Rua Valdemar Zétula, 154, bairro Santa Cândida, cidade de Curitiba-PR remuneração mensal estimada R\$1.191,98, CPF: 183.568.429-72, telefones: 257-3121 e 9988-2454, lotação: Coord. Segurança, data de nascimento: 15/12/1951.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, mui digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 200, de 02 de maio de 2001, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de nível 061.

(Prot. nº 10039)

Curitiba, em, 24.09.2001.

(a) NIVALDO VANDIR CORDEIRO